



**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

PEDRO MACHADO OLIVEIRA DA SILVA

**POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
o programa de permanência qualificada da Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia (UFRB)**

Cachoeira
2014

PEDRO MACHADO OLIVEIRA DA SILVA

**POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
o programa de permanência qualificada da Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia (UFRB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira Mascarenhas Bisneto

Cachoeira
2014

PEDRO MACHADO OLIVEIRA DA SILVA

**POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
o programa de permanência qualificada da Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia (UFRB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Cachoeira, _____ de _____, 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Pereira Mascarenhas Bisneto – Orientador
Doutor em Geografia (Análise Geográfica Regional)
Universidade de Barcelona – UB
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade de São Paulo – USP
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Prof^a. Dr.^a Lys Maria Vinhaes Dantas
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

*Cada pássaro sabe a rota do retorno.
Cada pássaro sabe a rota de si.
Cada pássaro, na rota, sabe-se pássaro.*

Damário da Cruz

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Aos meus pais, Ana e Newton, e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A minha namorada, Gracielle Mascarenhas, por todo amor, compreensão e companheirismo.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Pereira Mascarenhas Bisneto, pela tranquilidade e sabedoria transmitida, que tornaram possível a conclusão desta monografia. A Profa. Dra. Daniela Abreu Matos, pela intermediação e pelo incentivo. Ao Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva pela segurança e apoio. A Prof. Dra. Maria Ines Caetano Ferreira, que foi fundamental na minha formação, inclusive pessoal, grato por todo aprendizado. A Prof. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas, pelas tentativas incansáveis de me fazer refletir e seguir em frente. E a todos os professores do curso de Gestão Pública, que foram fundamentais na minha vida acadêmica.

Aos meus amigos de estrada, Jaciel Arruda, Nelson Boaventura, Ivonei dos Santos e Jaciara Scher, pelo companheirismo e incentivo em todo o curso. E a todos meus amigos e colegas de curso, que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

SILVA, P. M. **Política de Permanência Estudantil**: O Programa de Permanência Qualificada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). 64 páginas. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

RESUMO

O presente estudo buscou analisar as ações da Política de Permanência praticadas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em especial, do Programa de Permanência Qualificada (PPQ). O objetivo foi investigar se o PPQ atuou e gerou resultados em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Universidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI nasceu com o objetivo de criar condições que garantam a ampliação do acesso a educação superior brasileira. Desse modo, o ingresso e a permanência na Universidade são elementos que precisam ser implementados na mesma intensidade para a garantia do desenvolvimento acadêmico do estudante de classe popular. A análise de dados secundários forneceu a base das modalidades para o mapeamento e permitiu observar os elementos que compõem o PPQ. A pesquisa foi feita sob a observação de maneira integrada do programa entre os anos de 2007 a 2011. Consolidou-se por meio de uma explanação dos objetivos, de modo que permitiu conhecer seus propósitos e diretrizes, e analisar a percepção das ações de permanência da UFRB. O PPQ desempenha um papel fundamental para a política de permanência da Universidade e, entretanto, verificou-se que uma minoria de estudantes conseguiu assegurar a sua permanência através de alguma modalidade e/ou projeto institucional.

Palavras-chave: Educação; UFRB; Programa de Permanência Qualificada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Auxílio a Projetos Institucionais, 2007 a 2011.	33
Figura 2. Auxílio Moradia – CCAAB, 2007 a 2011.	34
Figura 3. Auxílio Moradia – CAHL, 2007 a 2011.	35
Figura 4. Auxílio Moradia – CCS, 2007 a 2011.	35
Figura 5. Auxílio Moradia – CETEC, 2007 a 2011.	36
Figura 6. Auxílio Moradia – CFP, 2007 a 2011.	37
Figura 7. Auxílio Moradia, 2007 a 2011.	37
Figura 8. Auxílio Pecuniário à Moradia – CCAAB, 2007 a 2011.	38
Figura 9. Auxílio Pecuniário à Moradia – CAHL, 2007 a 2011.	39
Figura 10. Auxílio Pecuniário à Moradia – CCS, 2007 a 2011.	39
Figura 11. Auxílio Pecuniário à Moradia – CETEC, 2007 a 2011.	40
Figura 12. Auxílio Pecuniário à Moradia – CFP, 2007 a 2011.	40
Figura 13. Auxílio Pecuniário à Moradia, 2007 a 2011.	41
Figura 14. Auxílio Deslocamento – CCAAB, 2007 a 2011.	42
Figura 15. Auxílio Deslocamento – CAHL, 2007 a 2011.	42
Figura 16. Auxílio Deslocamento – CCS, 2007 a 2011.	43
Figura 17. Auxílio Deslocamento – CETEC, 2007 a 2011.	43
Figura 18. Auxílio Deslocamento – CFP, 2007 a 2011.	44
Figura 19. Auxílio Deslocamento, 2007 a 2011.	45
Figura 20. Auxílio Alimentação – CCAAB, 2007 a 2011.	45
Figura 21. Auxílio Alimentação – CETEC, 2007 a 2011.	46
Figura 22. Auxílio Alimentação, 2007 a 2011.	47
Figura 23. Auxílio Creche – CCAAB, 2007 a 2011.	47
Figura 24. Auxílio Creche – CAHL, 2007 a 2011.	48
Figura 25. Auxílio Creche, 2007 a 2011.	49
Figura 26. Auxílio Emergencial, 2007 a 2011.	49
Figura 27. Bolsistas por Modalidade, 2007 a 2011.	51
Figura 28. Bolsistas por Centro, 2007 a 2011.	51
Figura 29. Auxílios e Matriculados por Municípios, 2008.	53
Figura 30. Auxílios e Matriculados por Municípios, 2010.	54
Figura 31. Auxílios e Matriculados por Municípios, 2011.	54

Figura 32. Auxílios e Matriculados por Centro de Ensino, 2010.	55
Figura 33. Auxílios e Matriculados por Centro de Ensino, 2011.	56
Figura 34. Auxílios e Matriculados por Centro de Ensino, 2007 a 2011.	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras

CCAAB – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CFP – Centro de Formação de Professores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IFES – Instituto Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE – Ministério da Administração e da Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPQ – Programa de Permanência Qualificada

PROPAAE – Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	13
2.1 ENSINO SUPERIOR	15
2.2 O REUNI	19
3 O ENSINO SUPERIOR E A INSERÇÃO DA CLASSE POPULAR	24
3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS	27
4 METODOLOGIA	29
4.1 OBJETO – PPQ UFRB	29
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
5.1 PROJETOS	33
5.2 MORADIA	34
5.3 PECUNIÁRIO-MORADIA	38
5.4 DESLOCAMENTO	41
5.5 ALIMENTAÇÃO	45
5.6 CRECHE	47
5.7 EMERGENCIAL	49
5.8 O PPQ-UFRB E O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	52
5.9 O PPQ E OS MUNICÍPIOS	52
5.10 PPQ X CENTROS DE ENSINO	55
5.11 PPQ X DISCENTES DA UFRB	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERENCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar as ações da Política de Permanência praticada nas universidades públicas do Brasil, em especial, do Programa de Permanência Qualificada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, fomentar o desenvolvimento regional e qualificar profissionais para sustentar o crescimento nacional. Desse modo, o ingresso e a permanência na universidade são elementos que precisam ser implementados na mesma intensidade, para a garantia do desenvolvimento acadêmico do estudante de classe popular.

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada à diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007, p. 10).

O Plano Nacional de Educação (PNE- Lei nº 10.172/2001) estabelece como meta aumentar a proporção de jovens no ensino superior, portanto, o objetivo parte da ampliação do número de vagas nas universidades. Com o processo de interiorização do ensino superior, a universidade passou a receber um novo perfil socioeconômico de estudante, mudando a concepção cultural e a estrutura do ensino superior brasileiro. Desse modo, surge a necessidade de repensar o papel da universidade enquanto sujeito social e as práticas para os desafios que se estabeleceram.

Nasce a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, a terceira universidade federal implantada no interior do Norte/Nordeste. Ela está inserida no Recôncavo da Bahia, território de grande importância na construção histórica, social e cultural do nosso país. A Universidade percebe o Recôncavo como uma região marcada pelos traços culturais, aliada à concepção de espaços que são capazes de traduzir a sua história, diversidade e outras especificidades. A UFRB ocupa um papel fundamental nessa dinâmica, ampliando possibilidades e caminhos a serem afirmados, historicamente construídos.

Para que a sociedade possa sobreviver e reparar essas desigualdades, o Estado desenvolve mecanismos junto com a sociedade, meios que possam contribuir e gerar alternativas para a resolução de demandas sociais.

Na UFRB, as ações voltadas para os/as estudantes compreendem um amplo conjunto de Políticas Afirmativas e Estudantis que asseguram direitos e garantem condições diferenciadas para o acesso (Programa Universidade Para Todos – UPT, em parceria com a Secretaria de Educação, do Governo do Estado da Bahia; as Rodas de Formação no Ensino Médio, em parceria com Programa Conexões de Saberes/SECAD/MEC; o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; o Sistema de Reservas de Vagas-Cotas Sócio-Raciais); a permanência (Programa de Permanência Qualificada – PPQ; Programa Conexões de Saberes/ SECAD/MEC; PIBIC Ações Afirmativas/CNPQ; PET-Conexões 2010/SESU/ SECAD/MEC), através das políticas institucionais de assistência consubstanciadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Dec. 7234/10); a pós permanência em articulação com o desenvolvimento regional. (JESUS; NASCIMENTO, 2010, p.117-118)

A UFRB tem um caráter político contributivo para a correção das deformidades regionais, foi a primeira Universidade a criar uma Pró-Reitoria específica para a políticas de permanência estudantil, que visa trabalhar de forma articulada com as ações afirmativas e os assuntos estudantis. A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) tem o objetivo de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior da Universidade.

O Programa de Permanência Qualificada (PPQ) é pensado nessa perspectiva, representa uma das ações da Universidade que tem como objetivo democratizar o acesso ao ensino superior no Recôncavo, visando à permanência universitária dos estudantes. O estudo buscou a análise do programa acerca da sua gestão e prestação de serviços, mas a inviabilidade de entrevistar os gestores e beneficiários fez com que os dados quantitativos, relatórios e documentos institucionais fossem o foco de análise.

O custo econômico existente para um aluno de classe popular que ingressa no ensino superior é muito grande, muitos deles não tem como comprar livros, dinheiro para alimentar-se ou até mesmo condições de pagar um transporte público para chegar até a universidade. O que será trabalhado nesta pesquisa não são os mecanismos para entrar em uma instituição superior e, sim, como manter-se nela.

As políticas de ações afirmativas e assuntos estudantis surgem permeados por um discurso de combate às desigualdades sociais e raciais, vivenciadas nas práticas e relações,

como podemos ver na história do ensino superior brasileiro. Propiciam espaços e horizontes onde antes não havia. Esta é uma luta incessante não só contra o racismo em si, mas contra o poder institucional, contra a ordem discursiva. Essas ações podem ser entendidas como políticas de correções sociais, na tentativa de realocar oportunidades de permanência em universidades a esses alunos socialmente vulneráveis.

Inserindo-se nesta discussão este trabalho tem como objetivo geral investigar se o PPQ alcançou os resultados estabelecidos nas diretrizes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e, deste modo, responder a seguinte questão: O PPQ contribui para a atividades das políticas e conquistas estudantil da UFRB?

O segundo capítulo discute o Sistema Educacional Brasileiro com foco no ensino superior e no REUNI. O capítulo seguinte aborda as ações afirmativas do ensino superior em relação à inserção da classe popular. O quarto capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e, no capítulo posterior, são apresentados os dados coletados e analisados.

Os resultados obtidos apontam que uma minoria de estudantes consegue assegurar a sua permanência através de alguma modalidade e/ou projeto institucional do PPQ. Na dimensão estratégica, o PPQ desempenha um papel fundamental para a política de permanência da UFRB. Entretanto, isso não se transpõe na dimensão operacional, o programa não consegue ter permeabilidade no modelo multicampi e apresenta insuficiência, em relação ao acesso de estudantes e suas necessidades acadêmicas.

2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O sistema educacional brasileiro se apresenta junto com o desenvolvimento e consolidação do processo democrático. Atualmente, baseia-se por um arranjo constitucional dividido em três níveis de governo, pensado na descentralização das políticas educacionais. A Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional n.º 14, de 1996 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, instituída pela lei n.º 9394, de 1996, são as leis maiores que regulamentam o atual sistema. O direito a Educação é garantido por nossa Constituição Federal, indispensável para o exercício da nossa cidadania.

Art. 6º São direitos sociais a **educação**, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p.15, grifo nosso)

A estrutura do sistema educacional é formada pela educação básica, que compete a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. De acordo com o art. 21 da Lei n.º 9.394/96, a educação escolar (não a educação básica), além das três citadas anteriormente, compõe-se também do nível superior (BRASIL, 1996). A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pelos sistemas de ensino, pelo planejamento das ações, bem como os mecanismos para gerir tais sistemas. De acordo com a base legal da Educação, compete aos municípios o ensino fundamental e a educação infantil e aos Estados e o Distrito Federal, o ensino fundamental e médio. O governo federal tem função redistributiva e supletiva, sendo também responsável por prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O governo federal é responsável pelo sistema e as diversas ações da educação superior. Segundo Brasil (1996), a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p.9).

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade principal o desenvolvimento integral. Em creches, para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos. Essa fase busca consolidar o desenvolvimento da

criança até os seis anos de idade, em seus aspectos, corpo humano, psicológico, intelecto e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). É considerada fundamental na formação do processo de aprendizagem e no relacionamento social.

O ensino fundamental é a próxima fase, é obrigatório e gratuito na escola pública. Segundo BRASIL (1996), é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores neste nível de ensino, a partir dos 7 anos. O ensino médio é a última etapa do ensino básico, tem duração mínima de três anos e atende a formação geral do educando, bem como a formação do jovem para etapas posteriores da vida.

A educação especial perpassa pelas etapas e modalidades de ensino, garantindo acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares para os portadores de necessidades especiais. A educação de jovens e adultos é pensada para as pessoas que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio na idade adequada. Já a educação profissional, é uma forma mais integrada da educação com o mercado de trabalho, para estudantes e jovens que buscam ampliar suas capacidades profissionais. O ensino técnico, por sua vez, é voltado para estudantes de ensino médio e tem como objetivo a inserção imediata no mercado de trabalho em diversas atividades do setor produtivo, principalmente, em âmbito local e regional.

A educação superior se caracteriza como último nível da educação, nas universidades, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Existem três modalidades no nível da graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. O bacharelado, segundo o MEC (BRASIL, 2009), é o curso superior que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade acadêmica ou profissional. Os cursos de licenciatura habilitam o profissional a atuar como professor na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio.

A formação tecnológica, por sua vez, visa formar profissionais para atender campos específicos, voltado para o mercado de trabalho. Também faz parte do ensino superior a pós-graduação, que compreende programas de mestrado e doutorado, bem como os cursos de especialização. Conforme o MEC (BRASIL, 2009), a pós-graduação lato sensu compreende programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). A pós-graduação stricto sensu compreende programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

O direito à educação não se limita às crianças e jovens. A partir desse conceito, devemos falar também de um direito associado – o direito à educação permanente –, em condições de equidade e igualdade para todos e todas. Como tal, deve ser intercultural, garantindo a integralidade e a intersetorialidade. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, estabelecendo prioridade à atenção dos grupos sociais mais vulneráveis. Para o exercício desse direito, o Estado precisa aproveitar o potencial da sociedade civil na formulação de políticas públicas de educação e promover o desenvolvimento de sistemas solidários de educação, centrados na cooperação e na inclusão. (GADOTTI, 2009, p.17).

Segundo GADOTTI (2009), a educação é entendida como direito e configura uma estrutura pautada pelo acesso e desenvolvimento social. Ela tem assumido papel importante nas políticas públicas, principalmente a partir da década de 1990, na construção de propostas que buscam a universalização da educação. O grande desafio é garantir os avanços obtidos na trajetória histórica do campo constitucional e institucional, através do fortalecimento tanto no plano político quanto no plano técnico, para os diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como para os diferentes níveis de governo. Construir um país mais democrático, desenvolvido e socialmente justo é também garantir que todos os brasileiros tenham direito à educação.

2.1 ENSINO SUPERIOR

O sistema de educação superior brasileira inicialmente foi um mecanismo pensado a partir dos privilégios da elite, sob a influência da colônia portuguesa. No início do século XX, vários projetos de criação de universidades foram fomentados e apresentados. O primeiro marco aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, com o Decreto 11.530, de 18 de março de 1915. O governo criou escolas politécnicas, faculdades de direito e de medicina na Universidade do Rio de Janeiro.

Em 1930, durante a era Vargas, iniciaram as primeiras ações em relação à Educação nacional, como política e ação planejada, junto com o processo de industrialização e urbanização do país. O Ministério da Educação foi fundado pelo decreto n.º 19.402, em 14 de novembro de 1930, com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1930). A educação passou a ser vista como um direito público, assistida pelo Estado, mas ainda não estava consolidada e não assegurada integralmente. Entre 1950 e 1970, houve uma grande ampliação das universidades federais no país, o que levou a repensar as práticas do Estado em relação à educação, ao menos uma em cada estado. A ampliação do ensino superior

foi necessária, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entrou em vigor a partir de 1961 (Lei nº. 4024). Em 1970, o número de matrículas subiu de 300.000 mil (1970) para um milhão e meio (1980). Com a ampliação urbana, o avanço técnico industrial e de serviços, o governo ampliou a educação e criou, através do Conselho Federal de Educação, milhares de cursos em todo o Brasil.

A democratização do acesso ao nível superior estava diretamente ligada à modernização da economia, o governo cobrava mão de obra qualificada nas indústrias. A política educacional durante o regime militar estabeleceu uma relação direta com a produção e alterou o financiamento da educação, que passou por um processo de privatização na estrutura do Estado. O Regime Militar inviabilizou um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o ambiente de construção das universidades públicas.

Até o início dos anos 80 as universidades cresceram e se transformaram, assumiram o papel de instituições de pesquisa, ampliaram a pós-graduação, montaram laboratórios e bibliotecas, porém, não se libertaram das pesadas amarras burocráticas do Estado imposto pela Ditadura Militar. Durante esse período, os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos e a expansão do ensino superior foi contida (VASCONCELOS, 2010, p. 603).

A partir de 1990, com a redemocratização, alterou-se o cenário político e, certamente, a forma de se pensar a educação. A postura liberal e a política econômica trouxe em questão a necessidade de uma reforma, no sentido de dar eficiência ao sistema, o Banco Mundial passou a exercer influência efetiva na política educacional. O ensino superior no Brasil depois da Constituição Federal de 1988 voltou a crescer e no governo de Fernando Henrique, houve um sensível aumento de vagas nas universidades privadas.

A ação governamental direcionada às universidades públicas federais de maior importância foi o projeto de autonomia apresentado, em 1995, pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, foi a principal iniciativa legislativa, no Congresso Nacional. A Lei baseava-se na coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino e na manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Entretanto, as ações do governo levaram a redução dos investimentos do governo federal nas universidades públicas, a perda de docentes e de funcionários técnicos administrativos. Associado a isso, a redução de salários e orçamentos irradiou grandes dificuldades também nas ações relacionadas à assistência estudantil, nos gastos de custeio e no investimento educacional.

A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal. Em meio à opressão do sistema político da época, surgem duas grandes frentes políticas de discussões sobre as questões educacionais, em especial sobre questões relativas à assistência estudantil, que foram em 1987 o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pro – reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (VASCONCELOS, 2010, p.494).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo em 2003, quando o Brasil tinha 3,94 milhões de estudantes no ensino superior. Ao longo do seu governo, os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2009) mostraram que esse contingente chegou perto dos 6 milhões – um crescimento de 65% nas matrículas. Desse total, 75% estão nas instituições privadas, setor que se tornou um parceiro importante do governo federal nas políticas públicas para a inclusão universitária. O Programa Universidade Para Todos (Prouni) foi, segundo o MEC (BRASIL, 2008), o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. De 2005 a 2009, o PROUNI ofereceu quase 600 mil bolsas de estudo em aproximadamente 1,5 mil instituições de ensino em todo o país, que receberam isenção de tributos para aderir ao programa e impulsionar o acesso estudantil. A autonomia da universidade pública brasileira foi defendida como uma de suas principais bandeiras, cabendo ao Ministério da Educação reafirmar o conceito de autonomia universitária e criar um ambiente estável de financiamento, de manutenção e expansão do ensino superior.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7.234, em 19 de julho de 2010, tem como objetivo apoiar a permanência de estudantes de classe popular matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES), com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Os critérios de seleção baseiam-se no perfil socioeconômico dos estudantes e são estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. O Programa recebeu no seu primeiro ano R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das IFES. Em 2010, a previsão de destinação foi de R\$ 304 milhões.

Segundo o PNAES (BRASIL, 2014), a universidade atualmente apresenta-se como instrumento de desenvolvimento da sociedade em relação ao crescimento humano, intelectual, político, econômico, social e moral. Ou seja, a universidade é o modelo institucional de construção e assimilação de diversos modelos de cultura e aprendizagem. A universalização

do acesso a educação é vista como direito social e tem papel fundamental no processo de democratização da universidade e da sociedade civil.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2014) rege-se pelos seguintes princípios:

- a) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- b) a gratuidade do ensino;
- c) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- d) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- e) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- f) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- g) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- h) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- i) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil. Entre eles se destaca: "Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base no seguinte princípio: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.". A LDB (BRASIL, 1996) determina ainda que a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004 (BRASIL, 2001), que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação. Por meio de suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos.

Segundo Vasconcelos (2010), a política de assistência estudantil abriga suas análises como políticas transitórias e compreendidas em diversas áreas dos direitos de exercer a cidadania do sujeito. Que acomode grande parte de todas suas necessidades fisiológicas, como de saúde, alimentação, moradia e também, transporte recursos financeiros tudo que sua condição humana necessita e que de subsídios suficientes para sua aprendizagem, materiais didáticos e todos os possíveis recursos indispensáveis a sua formação.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica (VASCONCELOS, 2010, p. 612).

A política de permanência compreende ações do governo que contribuem para democratizar o acesso ao ensino superior no país. Desse modo, a permanência no sistema de ensino superior é o maior desafio para o ensino superior. O acesso à universidade pública, a permanência, a inserção e a conclusão do ensino superior do estudante são elementos fundamentais para que se possam democratizar as oportunidades e construir caminhos para a emancipação do ensino superior. A permanência e o sucesso acadêmico dependem da combinação dos aspectos sociais, econômicos e pedagógicos. Tais reflexões podem servir de base para ampliar nossa concepção de Universidade, o direito à Educação e a equidade na educação brasileira.

2.2 O REUNI

Em 24 de abril de 2007, o governo federal criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, através do decreto nº 6.096. Deste modo, o REUNI se configura com uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, fomentar o desenvolvimento regional e qualificar profissionais para sustentar o crescimento nacional e, em seu artigo 1º, estabelece:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007, p.4).

Como se vê, o ingresso e a permanência na universidade são elementos a serem implementados na mesma intensidade, para a garantia do desenvolvimento acadêmico desse perfil discente de classe popular. O REUNI nasce como uma política que tem em seus objetivos a defesa de que o estudante precisa ser assistido por políticas públicas efetivas, que garantam condições favoráveis para o desenvolvimento da vida acadêmica. “Se o ingresso no ensino

superior representa para esse grupo de estudantes uma vitória, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso” (ZAGO, 2006, p. 233).

O REUNI tem como objetivo criar condições que garantam a ampliação do acesso e permanência na educação superior. Visa o aumento da qualidade dos cursos e o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitando as características particulares de cada instituição e estimulada à diversidade do sistema de ensino superior. Ações que buscam garantir aos alunos o acesso, a permanência e a conclusão de seus cursos, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida para a sociedade.

Os desafios do novo século exigem uma urgente, profunda e ampla reestruturação da educação superior que signifique, no contexto democrático atual, um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade, visando à elevação dos níveis de acesso e permanência, e do padrão de qualidade. O país encontra-se em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais (BRASIL, 2007, p.8).

O Plano Nacional da Educação Brasileira 2001-2010 previa que, ao final do decênio, cerca de 30% da população deveria estar no ensino superior, mas o dado real é que este indicador não representa mais de 17% da população. Ao mesmo tempo, dados do IBGE revelam que as desigualdades no rendimento familiar per capita exercem grande influência na adequação idade/nível de ensino frequentado. Em 2009, entre os 20% mais pobres da população, 32% dos adolescentes de 15 a 17 estavam no ensino médio, enquanto, nos 20% mais ricos, essa situação se aplicava a 77,9%. O fomento das aprendizagens múltiplas demanda interseção com saberes e atitudes construídos a partir de experiências diversas que passam a ser, cada vez mais, objeto de valorização na formação universitária.

O debate sobre a igualdade de acesso à educação superior, em especial, quando está em causa a formação da população mais pobre, não se deve pautar pela edição de medidas legais baseadas num imediatismo pragmático, meramente quantitativo e vinculado à relação custo-benefício, em ondas de expansão feitas às pressas e sem garantias para a qualidade do ensino. Infelizmente, a Reforma da Educação Superior em curso no Brasil, onde se pode incluir o Reuni, não escapa a essa crítica (LEDA, 2009, p.60).

Em contraposição ao projeto do REUNI, posições são estabelecidas no sentido de questionar este projeto desde a expansão fornecida por esse modelo, afirmando que não há recursos humanos e materiais que possam garantir a qualidade esperada pelas Instituições Federais de Ensino e a precarização da universidade e do trabalho docente. As Universidades Federais vivem o dilema entre quantidade e qualidade.

As diretrizes do programa REUNI, segundo o MEC, são seis:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno;
- II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III- revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV – diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada;
- V – articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica;
- VI – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, nasce a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, de acordo com a Lei 11.151 de 29 de julho de 2005.

Considerando que as diretrizes estabelecidas pelo REUNI não apresentam divergências em relação à política institucional da UFRB e que o Programa permite uma flexibilidade nas formas de adesão que implica uma ampla liberdade de propostas dos diversos Centros da UFRB, a Administração Central desta Universidade propôs a comunidade acadêmica, por meio do Conselho Universitário, uma ampla discussão de modo a possibilitar a nossa inclusão no REUNI até a data limite de 17 de dezembro de 2007, exigência para que os recursos sejam liberados a partir do segundo semestre de 2008 (BRASIL, 2009, p.18).

A UFRB é a terceira universidade federal implantada no interior do Norte e Nordeste, inserida no Recôncavo da Bahia, território que tem grande importância na construção histórica, social e cultural do nosso país. A Universidade percebe o Recôncavo como uma região marcada pelos traços culturais, aliada à concepção de espaços que são capazes de traduzir a sua história, diversidade e outras especificidades. A UFRB ocupa um papel fundamental nessa dinâmica,

ampliando possibilidades e caminhos a serem afirmados, historicamente construídos. Uma dialética de enfrentamento aos problemas sociais e econômicos.

A UFRB surge, portanto, com a marca do resgate histórico. Acreditamos que podemos apontar um novo começo para o Recôncavo, através da arte, da ciência e do conhecimento. Através dessa invenção humana tão audaciosa a que chamamos universidade. Justamente nessa região tão rica em pluralidade e diversidade, tão repleta de linguagens e sabedorias, tão forte em suas resistências e misturas, temos a ambição de transformar esse lugar em um grande espaço de vivências e aprendizagem. Nosso desafio, depois de conquistar a Universidade Federal do Recôncavo é transformar o Recôncavo em uma Universidade (UFRB, 2010, p.13).

A UFRB foi a única IFES que foi contemplada com 80% de adição ao seu custeio desde 2005. Todas as outras receberam entre 20% e 50% de adição ao seu custeio pelo REUNI. Na negociação com o MEC o principal argumento foi a necessidade de recursos para consolidação da assistência estudantil e políticas afirmativas, a extensão e a pesquisa e pós-graduação.

Deste modo, independente da opinião que se tenha sobre o REUNI em termos gerais, é fundamental que um juízo de valor seja construído a partir da condição específica da UFRB, da dimensão que o Programa assumirá na instituição e, como escrevemos no início deste texto, da construção histórica que se pretende. O Contexto de cada instituição é muito específico e o da UFRB, como verificamos, é ainda mais (NACIF, 2007, p.19).

Segundo Santos (2009), o REUNI é um programa que não basta iniciativa política para se efetivar como política social. O grau de complexidade dessa política é muito mais profundo, envolvendo não apenas as barreiras inerentes aos atos burocráticos da via institucional, mas também sobre outros aspectos. Processos de legitimação, exclusão/inclusão nos processos decisórios, interesses e acordos corporativos, resistência à pressão popular, todos esses aspectos – dependendo de cada situação – exibem algum tipo de influência, no processo de formulação e implementação de uma política.

Portanto, o reconhecimento do acesso à educação superior enquanto direito social deve passar por um profundo debate sobre sua importância, no desenvolvimento de um país e da humanidade, fator que acreditamos seja inviável de realização, caso seja trabalhado de modo isolado, deslocado do contexto geral da sociedade, até porque, quando se aborda o acesso ao conhecimento superior, num patamar de justiça social, normalmente se trabalha na perspectiva de possibilitar aos sujeitos maiores possibilidades de ascensão socioeconômica (SANTOS, 2009, p. 41).

Tais ações emergem como objetivos a serem alcançados pelas instituições que fazem parte do REUNI, de modo a constituir novo saberes, vivências, valorização e respeito às diversas culturas. Hoje, as nossas instituições de ensino buscam melhores condições, mais alunos, mais cursos noturnos, acompanhados de aumentos no quadro de docentes e técnicos administrativos, além de melhorias na infraestrutura.

3 O ENSINO SUPERIOR E A INSERÇÃO DA CLASSE POPULAR

O estudante de classe popular que ingressa na universidade pública reúne características escolares e culturais que o diferenciam entre os demais estudantes, conforme suas condições objetivas de vida e de origem social. Neste capítulo, serão abordadas as dificuldades encontradas por esses estudantes no ensino superior, analisando-se os elementos que compõem essa caminhada.

O ingresso na universidade pública traz, ao estudante de classe popular, grandes desafios e dificuldades a serem superados na vida acadêmica, presentes nas trajetórias e nas experiências universitárias. A universidade, por sua vez, exige uma série de adaptações que são elementos de análise em relação aos caminhos e as estratégias utilizadas por esses estudantes. O caminho universitário da maioria desses discentes encontra-se continuamente submetido a desgastes e descontinuidade. Trata-se de jovens, oriundos das camadas populares, que passam a conviver com os elementos relativos ao “financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer” (ZAGO, 2006, p.3). Esses elementos, oriundos do ingresso na vida acadêmica, são básicos para a sobrevivência nessa relação entre classe popular e universidade.

Pesquisas, que analisam a condição do estudante universitário, evidenciam que a denominação “estudante” recobre uma diversidade muito grande de situações e, por isso mesmo, tal nomenclatura torna-se insuficiente para caracterizá-lo. Como observam Grignon e Gruel (1999), os estudantes não são todos estudantes no mesmo grau e os estudos ocupam um lugar variável em suas vidas. Tal constatação encontra toda sua expressão quando analisamos as condições de acesso, a escolha pelo curso e as próprias estratégias adotadas pelo estudante para garantir sua permanência no ensino superior (ZAGO, 2006, p. 15).

O aspecto econômico tem um peso significativo nessa trajetória. Isso porque os custos financeiros durante a vida acadêmica se tornam muito elevados, mesmo que as universidades públicas ofereçam políticas de inclusão social e de auxílio estudantil para manter esse aluno. A desistência ou evasão, na maioria das vezes, está relacionada diretamente com a limitação socioeconômica de cada estudante. O conceito de evasão, segundo o MEC (BRASIL, 2008), é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa. Uma das modalidades de evasão conforme indica o Ministério é o desligamento do curso superior em função de abandono do ensino superior. Existem diversos fatores responsáveis, desde a dificuldade do curso, como de trabalhar ou de

conciliar o trabalho com as aulas. Motivos diversos sustentam o abandono dos estudos: universidade distante de casa, precariedade do transporte, necessidade de trabalhar e falta de interesse.

As requisições da vida acadêmica (sociais, econômicas e culturais) apresentam-se para os investigados, em diferentes graus, como barreiras difíceis de ser superadas, que os impulsionam a se mobilizar, estabelecendo estratégias de garantia de sobrevivência no campo. Em alguns casos, as estratégias estabelecidas repercutem paradoxalmente sobre a vida do estudante. Um exemplo é o trabalho – esse possibilita o financiamento dos estudos, mas dificulta a realização das atividades escolares, pois lhes rouba tempo. O ingresso e a permanência na universidade são elementos das relações de dominação existentes no campo universitário, materializadas nos procedimentos formais (exames de seleção, avaliações) e informais (relações sociais e processos simbólicos), e que permitem a manutenção da estrutura vigente. Em suma, vê-se no ensino superior a continuidade de um sistema que funciona, desde as séries iniciais, como instrumento de reprodução dos privilégios e do poder das classes abastadas, conservando as desigualdades socioeconômicas e culturais. (PEREIRA e PASSOS, 2007, p. 25).

A necessidade de trabalhar concomitantemente com os estudos pode ser entendida como um fator de manutenção de despesas pessoais do estudante, aliviando as tensões financeiras da família. Estudantes desmotivados no ensino superior são fruto das dificuldades socioeconômicas de suas famílias. Muitos deles precisam trabalhar para se manter e, desta forma, não tem tempo para se dedicar aos estudos. Outros, sem emprego ou renda, passam dificuldades financeiras para a manutenção universitária. Segundo Zago (2006), o tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras circunstâncias.

Vários estudantes se sentem à margem de muitas atividades mais diretamente relacionadas ao que se poderia chamar investimentos na formação (congresso, conferências, material de apoio). Isso leva a se entender que essas circunstâncias afetam o desenvolvimento pedagógico desses estudantes. Eles precisam abrir mão de muitas atividades que compõem o cenário acadêmico por causa do tempo investido no trabalho, ou seja, perdem muitas atividades ‘extra-sala’ que integram as relações acadêmicas e auxiliam no desenvolvimento universitário.

Não raro, às dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante. Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar

conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.). Refugiar-se no isolamento é a saída encontrada, como revelaram vários estudantes. (ZAGO, 2006, p. 28).

Outro elemento a ser observado em termos deste perfil relaciona-se à escolha dos cursos. A trajetória está intimamente ligada com a escolha. Ou seja, os fatores sociais estão interligados às expectativas individuais que determinam a escolha pelo curso superior. Segundo ZAGO (2006), o ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que proporcionam maiores chances de aprovação. Essa observação suscita uma reflexão sobre o que normalmente chamamos de “escolha”. Nesse sentido, pode-se compreender como as dimensões subjetivas e objetivas se relacionam com as escolhas, e determinam as preferências e expectativas. As escolhas condicionam uma dimensão simbólica, determinantes na sua vida social, que atigem o universo acadêmico e segregam os estudantes. Escolhas dentro de escolhas.

Esta monografia não se desenvolve apenas na relação entre a classe popular e o desempenho escolar, aborda um conjunto de situações que trazem elementos constitutivos em suas trajetórias e práticas, que são desenvolvidas para que o discente se mantenha no processo de educação. Os estudantes precisam se adaptar no ambiente universitário, ao tempo e aos meios, desenvolvendo estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, as trajetórias dos universitários buscam o seu significado, a sua ascensão social e o êxito acadêmico são objetos de conquistas, e não têm uma construção linear. Os desafios na vida acadêmica apresentam-se para os estudantes em diferentes graus, que os impulsionam a se mobilizar, ou não. Tais aspectos permitem identificar as dificuldades na trajetória desses estudantes, bem como nas ações estabelecidas, as exigências e as relações que se impõem para permanência na universidade pública.

3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS

As políticas de ações afirmativas surgem permeadas por um discurso que propõe o combate às desigualdades sociais e raciais vivenciadas nas práticas e relações, como podemos ver nos empregos e profissões. Propiciam espaços sociais e horizontes onde antes não havia, esta é uma luta incessante não só contra a desigualdade racial em si, mas contra o poder institucional, contra a ordem discursiva. Segundo o Ministério da Educação e Cultura – MEC (BRASIL, 2008), as ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado com o objetivo de eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras - historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização.

O argumento para a existência das ações afirmativas alude à necessidade de uma oportunidade igual a todos numa sociedade em que há tantas vítimas de preconceitos e discriminações. A aplicação de tais discriminações positivas serviria para amenizar esse contexto de exclusão social e promover a emancipação daqueles que enfrentam diversos obstáculos para a plena igualdade com os demais (Atchabahian, 2006, p. 167). Por meio de obrigações e incentivos criados pelo Estado, estipulam-se aos setores públicos e privados cotas de participação para cidadãos pertencentes a uma minoria, geralmente alvos de discriminação social, de modo que tais espaços sejam preenchidos de forma plural, proporcionalmente aos grupos existentes na sociedade. (AGOSTINHO; BREGA FILHO, 2011, p.465).

Estudos de organismos como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e União Nacional dos Estudantes (UNE) apontam que os negros fazem parte da população com maior índice de desemprego e emprego informal e é a parte da população que possui o pior índice de escolaridade. Segundo Agostinho e Brega Filho (2011), analisa-se os negros na conquista de postos de trabalho e funções dos quais não desfrutam atualmente com solidez. Mais negros e pardos atuando como juízes, promotores e cargos de função social relevante aos olhos da sociedade e, também, como representantes políticos e chefes de secretarias executivas; enfim, uma maior distribuição dos cargos públicos e empregos privados, realidade contraposta ao que se costuma analisar na sociedade brasileira.

A realidade do negro no mercado formal de trabalho a partir do resgate de como se construiu este mercado no Brasil e dos indicadores sociais que mostram que os negros, especialmente os jovens, mesmo depois de mais de um século da abolição da escravatura, ainda enfrentam dificuldades para

acessá-lo. Privilegiamos o mercado formal pela existência de dados e indicadores e também porque ele (ainda) retrata a existência de um sistema de proteção social que inclui direitos trabalhistas e sociais. Percebe-se, a partir da análise dos indicadores sociais, que o pertencimento racial tem centralidade na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil. Essas desigualdades tornam-se evidentes quando são analisados dados relativos ao mercado de trabalho, uma das vitrines da estruturação socioeconômica da sociedade (AGOSTINHO; BREGA FILHO, 2011, p.470).

As políticas afirmativas, em especial, as cotas raciais, são instrumentos de fortalecimento democrático, reforçam o papel da universidade como um processo de transformação social e político. Promovendo essas ações, busca-se promover democracia, repensar experiências, questionar práticas e construir políticas públicas que possam garantir equidade social. Entender a juventude e garantir direitos é fundamental para os princípios democráticos. As cotas raciais buscam atuar nesse sentido, transformar o perfil elitista do ensino superior e garantir oportunidade. Não podemos pensar na educação brasileira sem negros e indígenas na universidade pública.

Pensa-se que as políticas educacionais atuais buscam responder a essas questões, quando definem “o direito à educação, entendido como direito inalienável do ser humano [...]. A educação permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social” (Resolução CNE/CEB nº 7/2010, Art. 5º). Por essa resolução, a educação fica comprometida com a igualdade do acesso e empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade. (SANTOS e SCOPINHO, 2011, p. 503).

É importante ressaltar a importância entre as ações afirmativas e a assistência estudantil. A democratização do acesso é indissociável das políticas de permanência, ou seja, o acesso a bens materiais e culturais constroem os processos de formação acadêmica e garante ao estudante de classe popular qualidade no ensino superior. A política de permanência é substancial para consolidação das ações afirmativas na universidade. Através de lutas e conquistas sociais, nasceram as políticas de permanência, para atuar na defesa dos direitos sociais e criar oportunidades para a classe popular. Enquanto política pública, a permanência e a assistência estudantil tem o objetivo de fixar determinados grupos, como forma de democratizar o ensino superior.

4 METODOLOGIA

4.1 OBJETO – PPQ UFRB

A política de permanência da UFRB visa atuar de forma articulada com ações ligadas ao acesso, a permanência e pós-permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Estudantes de classe popular, que são assistidos por políticas para atender suas necessidades acadêmicas. A análise do Programa de Permanência Qualificada torna-se fundamental para verificar se suas ações contribuem para fixar estudantes e estão em consonância com as diretrizes da UFRB. O PPQ é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que têm o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior.

A UFRB define as suas Diretrizes para as Políticas Afirmativas e de Assuntos Estudantis nas seguintes linhas:

1. Realizar políticas, programas e ações de acesso, permanência e pós-permanência dos discentes no ensino superior, em especial, os oriundos das escolas públicas, os que se declaram pretos, pardos, índios ou descendentes, índios aldeados e remanescentes de quilombos;
2. Realizar políticas de assistência socioeconômica, pedagógica e psicológica;
3. Viabilizar a implementação de ações de acessibilidade que garantam a assistência de pessoas com deficiências;
4. Realizar programas para contribuir com a qualidade educacional na Região do Recôncavo - BA, sobretudo, na implantação das Leis 10.639-03 e 11.645-08, que alteram a LDB 9394/96 e obrigam a inclusão no currículo oficial das escolas de educação básica a temática história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2009).

Será realizada a análise do Programa de Permanência Qualificada (PPQ), o presente estudo foi feito sob a observação temporal do tema de maneira integrada ao programa, de 2007 a 2011. Buscou-se uma aproximação qualificada com o PPQ e na perspectiva de alcançar todas as suas vertentes.

O PPQ, por sua vez, integra de forma indissociável a garantia de condições materiais de manutenção acadêmica dos estudantes, à ampliação das suas possibilidades de vivência da experiência universitária, ao articular permanência, ensino, extensão e pesquisa, por meio da inserção dos estudantes integrantes do PPQ em ações de pesquisa, monitoria e ensino orientados por docentes da UFRB. Desse modo, os acadêmicos associam construção e

difusão do conhecimento com desenvolvimento regional e políticas de equalização social. (POLÍTICA & TRABALHO n°33, 2010, pág. 121).

No que tange aos seus objetivos, o Programa de Permanência Qualificada da UFRB avança em sete frentes:

1. Garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB, ao assegurar a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmicas relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional;
2. Implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica;
3. Possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa;
4. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional;
5. Qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB;
6. Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação;
7. Combater o racismo e as desigualdades sociais. São compostas por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as modalidades de bolsas disponíveis: Bolsas de Auxílio à Moradia/ à Alimentação/Bolsas Pecuniárias associadas a projetos vinculados à Extensão, Pesquisa e Graduação e serviços (acompanhamento psicossocial, pedagógico) e assistência a demandas específicas (BRASIL, 2009).

Relativamente às modalidades de auxílio disponíveis (conforme Quadro 1), estas são de 7 (sete) tipos: deslocamento, alimentação, moradia, pecuniário-moradia, creche, emergencial e aqueles vinculados a projetos institucionais. Entre as exigências para ser contemplado com o auxílio, o discente deve comprovar o perfil socioeconômico conforme decreto 7.234/2010; ser oriundo da rede pública de ensino; não ter vínculo empregatício ou atividade remunerada; entre outros.

Quadro 1. Modalidades de Auxílios do Programa de Permanência Qualificada – UFRB

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
Projetos	Refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 400,00 (trezentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente.
Moradia	Refere-se a uma vaga na unidade de residência universitária, até a duração média do curso de graduação.
Pecuniário-moradia	Refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo médio de duração do curso de graduação.
Deslocamento	Refere-se ao repasse pecuniário mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo regular de duração do curso.
Alimentação	Refere-se ao acesso diário ao restaurante universitário – <i>Campus</i> de Cruz das Almas, com duração equivalente à duração regular do curso em que o/a estudante estiver matriculado à época da concessão do auxílio. Os residentes de Cruz das Almas utilizam o Restaurante Universitário. Já os residentes dos outros centros que ainda não possui Restaurante, recebem uma ajuda pecuniária à alimentação.
Creche	Concessão de auxílio creche (LDB 9394/96) a estudantes com comprovada demanda social para custear despesas com filhos/as, crianças tuteladas ou legalmente adotadas com idade entre (0-3) zero a três anos, e que estejam matriculados em creche ou Núcleo de Recreação Infantil. É necessário Comprovar a matrícula e a despesa mensal com a manutenção da criança em instituição regular. O Valor do repasse mensal do auxílio creche é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), considerada o valor médio da oferta de serviço regular nas cidades do Recôncavo.
Emergencial	Apoio para a permanência, em caráter emergencial, para estudantes de 1º semestre, inscritos em processo seletivo do PPQ através de requerimento.

Fonte: Elaboração do autor a partir do PPQ-UFRB.

A abordagem adotada nesta pesquisa foi bibliográfica com uma base qualitativa, baseada em análise de dados secundários, relatórios e documentos institucionais voltados para Política de Permanência Estudantil, cedidos pela UFRB e disponíveis no Ministério da Educação. Utilizou-se a caracterização quantitativa das modalidades do PPQ, considerando variáveis e coleta sistemática de informação numérica, dado os procedimentos estatísticos. Na pesquisa, optou-se por delimitar-se ao Programa de Permanência Qualificada na UFRB, uma das ações que buscam consonância com as diretrizes da universidade.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa sobre a política de permanência estudantil: o Programa de Permanência Qualificada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi desenvolvida durante o semestre letivo 2013.2, na própria UFRB, através da análise dos dados quantitativos, relatórios institucionais e revisão bibliográfica. Foi desenvolvida de forma a garantir a qualidade dos dados, bem como a sua integridade, confiabilidade e ética.

Esta pesquisa fundamenta-se em levantamento de dados da UFRB, relatórios institucionais e documentos secundários, como a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Desse modo, permite-se maior profundidade das ações analisadas, busca-se facilitar a discussão do objeto de pesquisa e auxiliar a análise da Permanência Estudantil da UFRB.

A análise de dados secundários fornece base das modalidades para o mapeamento e permite observar os elementos que compõem o PPQ, bem como o repasse orçamentário do Plano Nacional de Assistência Estudantil e do quantitativo de estudantes, cidades e centros de ensino. Através desses dados, comparam-se os resultados com a política institucional e suas diretrizes propostas pela UFRB. As etapas metodológicas baseiam esta análise, visando compreender todo este processo temporal e responder aos objetivos propostos.

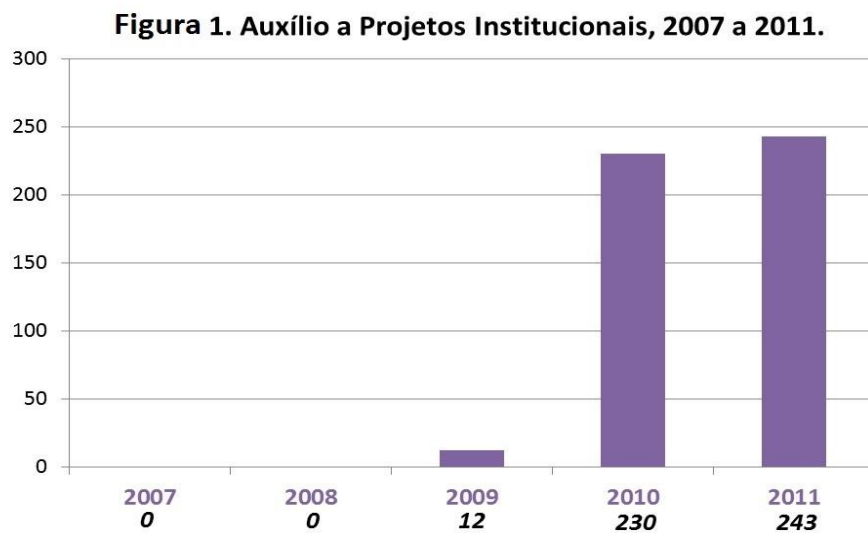
Nesse sentido, os procedimentos técnico-metodológicos utilizados constituem uma abordagem qualitativa e analítica do objeto. Investiga-se se o Programa de Permanência Qualificada contribui realmente para fixar estudantes e tem atuado em consonância com as diretrizes da UFRB, dada à política de permanência estudantil. A base de dados é o processo de análise onde o método mais apropriado está em função do objetivo do trabalho e de sua aplicação. Cabe salientar que a qualidade dos dados e a precisão da técnica irão determinar o nível dos resultados finais do trabalho.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Acompanhando o estabelecido nos procedimentos metodológicos e na caracterização do objeto de pesquisa, esta análise aborda as sete modalidades de auxílio do PPQ e as relações entre PPQ e PNAES, Municípios, Centros de Ensino e discentes matriculados.

5.1. PROJETOS

A análise do Auxílio Pecuniário a Projetos Institucionais, representado na Figura 1, mostra que nos dois primeiros anos (2007 e 2008) não foi concedida nenhuma bolsa. Em 2009 apresentou atividade na modalidade, com 12 Auxílios. A partir dos dois últimos anos percebe-se um aumento exponencial do número de bolsas, em relação aos três primeiros anos do PPQ. O atendimento na modalidade em 2010 e 2011 totaliza 473 bolsas. Desse modo, a modalidade teve maior alcance apenas nos dois últimos anos do período analisado. Sobre a modalidade a Projetos Institucionais, não existe detalhamento dos dados por centros, só o valor total nos anos supracitados.



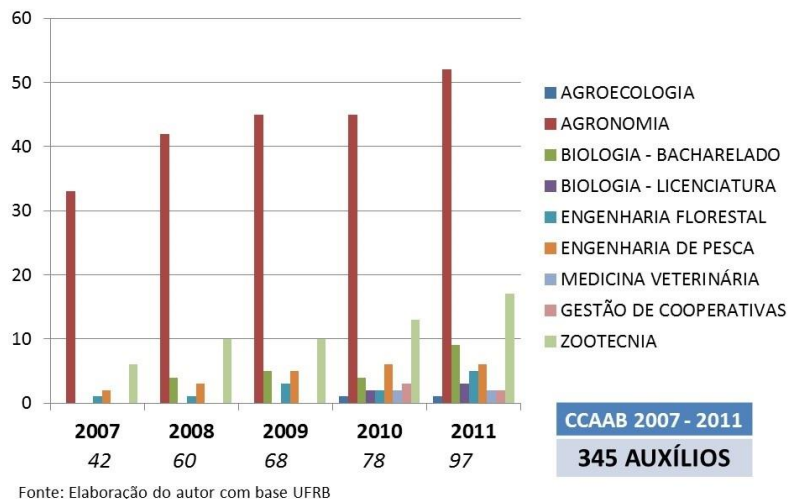
Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

485 AUXÍLIOS

5.2 MORADIA

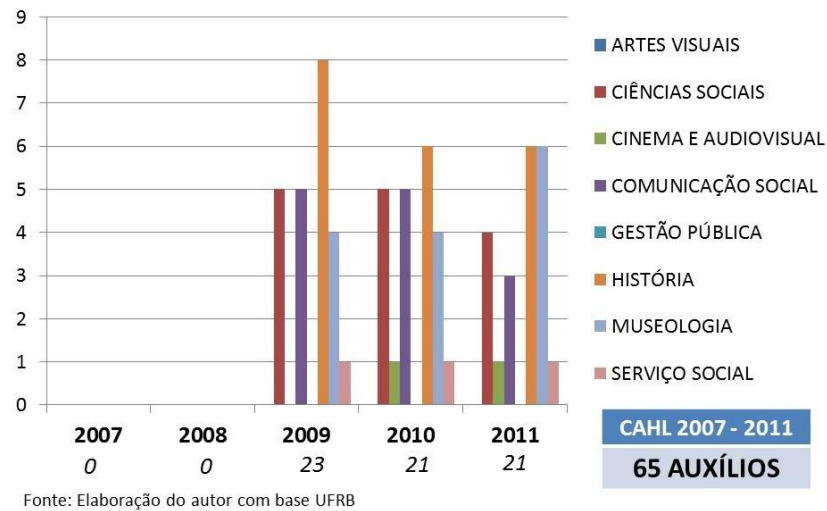
O Auxílio Moradia observada teve atividade em todos os anos observados. Durante 2007 a 2011, foram registradas 593 bolsas, com o grande número das bolsas concentrando-se no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB). O Auxílio Moradia no CCAAB teve 345 auxílios, isso representa 58% da modalidade. Conforme Figura 2, o curso de Agronomia foi o que teve mais alunos na modalidade, com 217 bolsas. Agronomia teve 63% dos auxílios, Zootecnia 7%, Biologia Bacharelado 7%, Engenharia de Pesca 6%, Engenharia Florestal 4%, e Biologia Licenciatura, Medicina Veterinária e Gestão de Cooperativas com 1%.

Figura 2. Auxílio Moradia – CCAAB , 2007 a 2011.



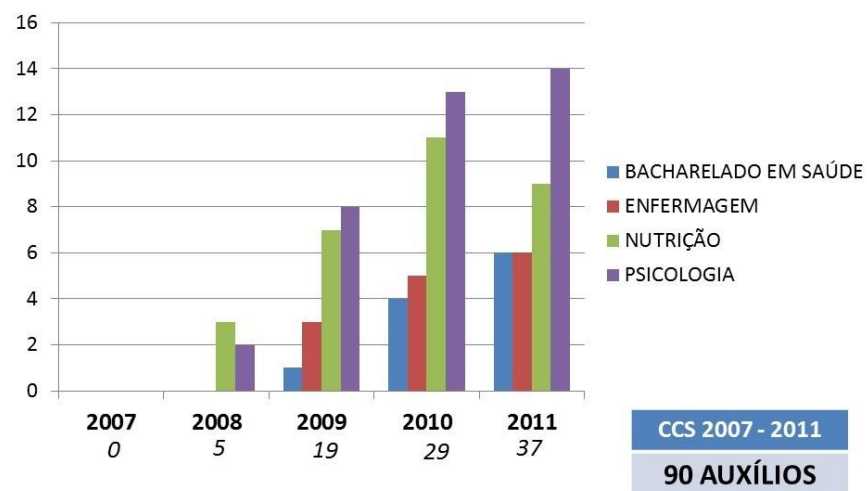
Observa-se, a partir da Figura 3, que registrou-se atividade apenas a partir do ano de 2009, com 23 bolsas. O curso que mais utilizou o auxílio no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) foi História, com 20 bolsas, seguido por Ciências Sociais com 19, Museologia com 14 e Comunicação Social com 12, totalizando 65 auxílios para o CAHL. História teve 31% dos auxílios, Ciências Sociais 22%, Museologia 22%, Comunicação Social 18%, Serviço Social 5% e Cinema e Audiovisual 3%.

Figura 3. Auxílio Moradia – CAHL , 2007 a 2011.



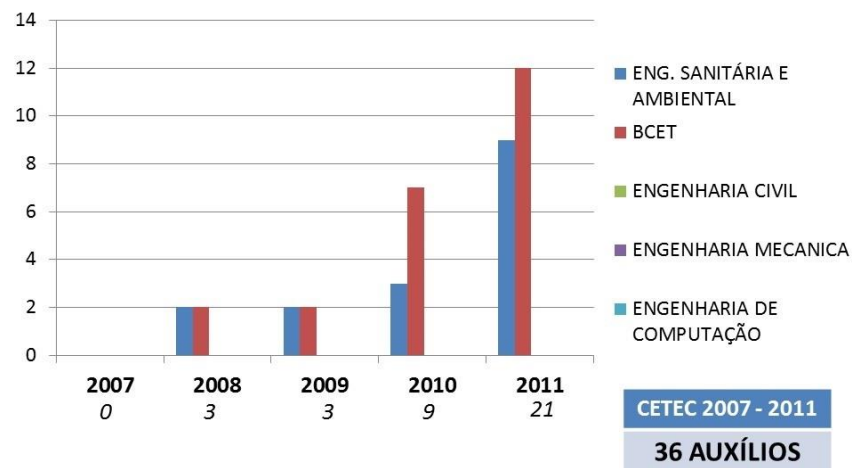
O Auxílio Moradia no CCS só registrou atividade a partir do segundo ano, em 2008, com 5 auxílios (ver Figura 4). Os cursos com mais auxílios foram Psicologia (37) e Nutrição, totalizaram 74% da modalidade. Foram registrados 90 auxílios no CCS no período analisado. Seguido por Nutrição 33%, Enfermagem 13% e Bacharelado em Saúde com 12%.

Figura 4. Auxílio Moradia – CCS , 2007 a 2011.



Conforme Figura 5, no CETEC foram registrados 36 auxílios na modalidade, a partir do segundo ano, em 2008. Todas as bolsas concedidas ao CETEC se concentraram em dois dos cinco cursos do campus, BCET (23 bolsas) e Engenharia Ambiental e Sanitária (13 bolsas). BCET teve 64% das bolsas e Engenharia Sanitária e Ambiental 36%.

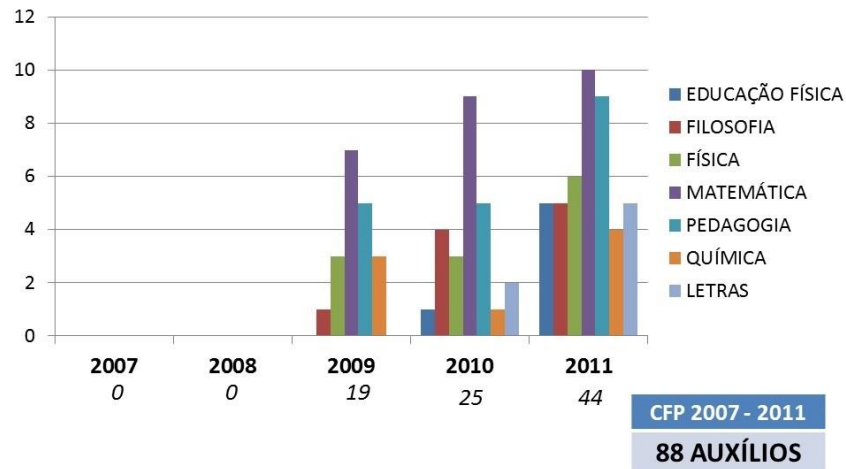
Figura 5. Auxílio Moradia – CETEC , 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

O Auxílio Moradia no CFP não registrou atividade nos dois primeiros anos. A partir de 2009 tiveram 19 auxílios, em 2010 foram 25 e 44 em 2011. Os cursos que obtiveram mais bolsas no CFP foram Matemática e Pedagogia, com 26 e 19 bolsas respectivamente, totalizando 52% da modalidade no campus. Como apresentado na Figura 6, no total, foram 88 auxílios da modalidade no CFP. Matemática teve 30%, Pedagogia 22%, Física 14%, Filosofia 11%, Química 9%, Letras 8% e Educação Física 7%.

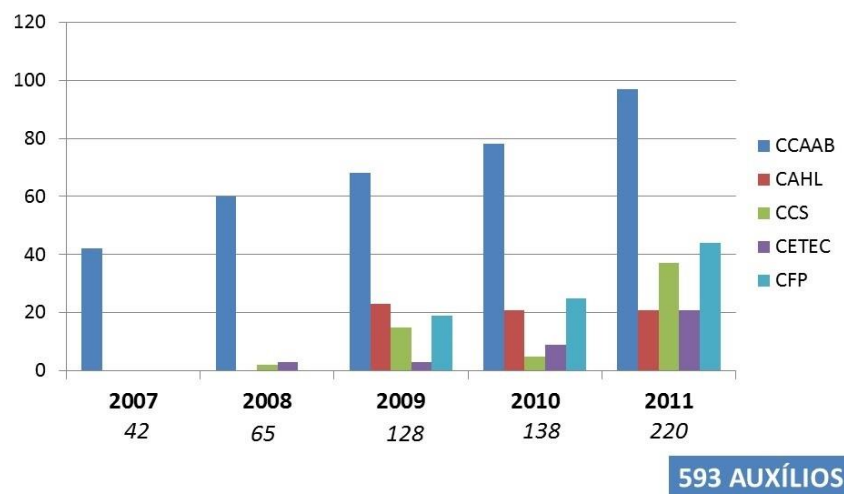
Figura 6. Auxílio Moradia – CFP , 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

Com base no número de estudantes atendidos na modalidade Auxílio Moradia, percebe-se o crescimento de bolsas durante os anos, com 593 bolsas durante o período analisado (Figura 7). Observou-se que a partir de 2009 o número de auxílio cresceu significativamente, o maior número de bolsas ficou no CCAAB, cerca de 55%, seguido pelo CCS com 14%, CAHL 10%, CFP 10% e 6% CETEC.

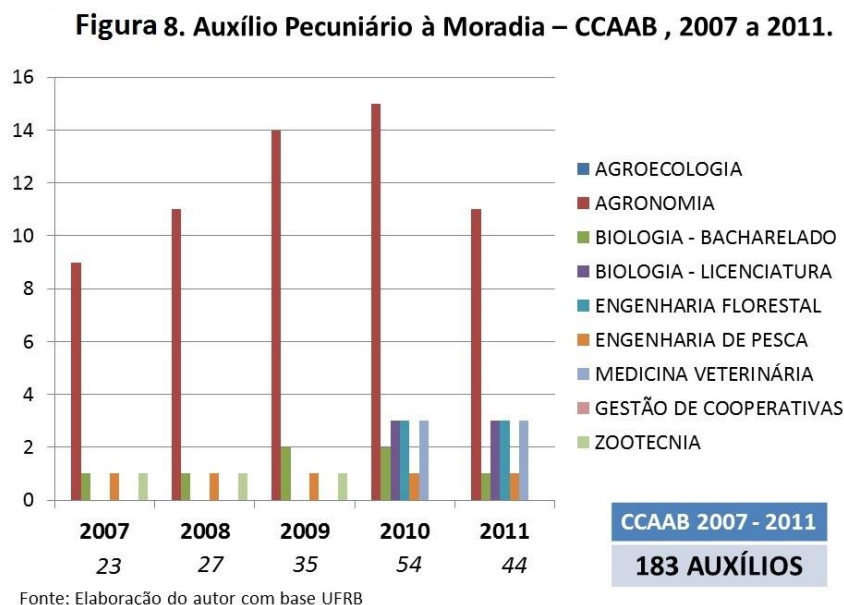
Figura 7. Auxílio Moradia, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

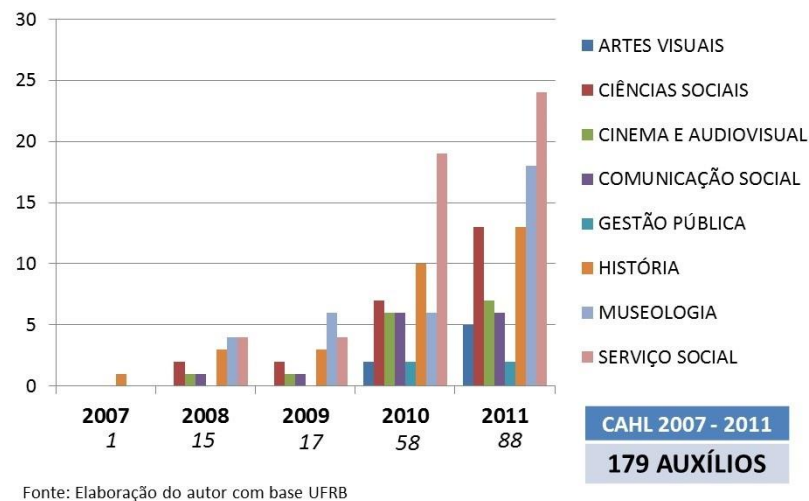
5.3 PECUNIÁRIO-MORADIA

Conforme sinaliza a Figura 8, o CCAAB registrou 183 auxílios e dois cursos captaram mais de 80% ou 153 bolsas da modalidade, Zootecnia (93) e Agronomia (60). Zootecnia teve 51% das bolsas, Agronomia 33%, Biologia Bacharelado 4%, Agroecologia 3%, Biologia Licenciatura 3%, Engenharia de Pesca 3% e Engenharia Florestal com 3%.



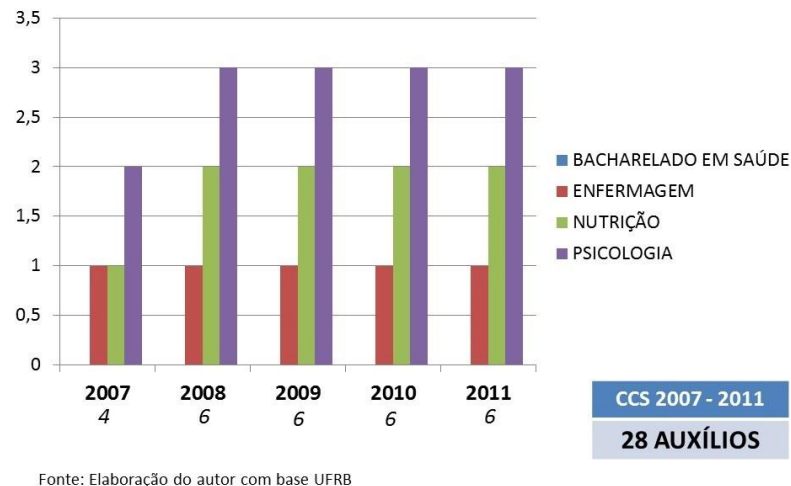
O Auxílio Pecuniário-Moradia, representado na Figura 9, no CAHL, registrou 179 auxílios durante o período analisado. Houve um crescimento considerável em 2010 (58 bolsas) e 2011(88 bolsas), Serviço Social foi o curso que mais teve auxílios na modalidade. Serviço Social teve 28%, Museologia 19%, História 17%, Ciências Sociais 13%, Cinema e Audiovisual com 8%, Comunicação Social 8%, Artes Visuais 4% e Gestão Pública 2%.

Figura 9. Auxílio Pecuniário à Moradia – CAHL, 2007 a 2011.



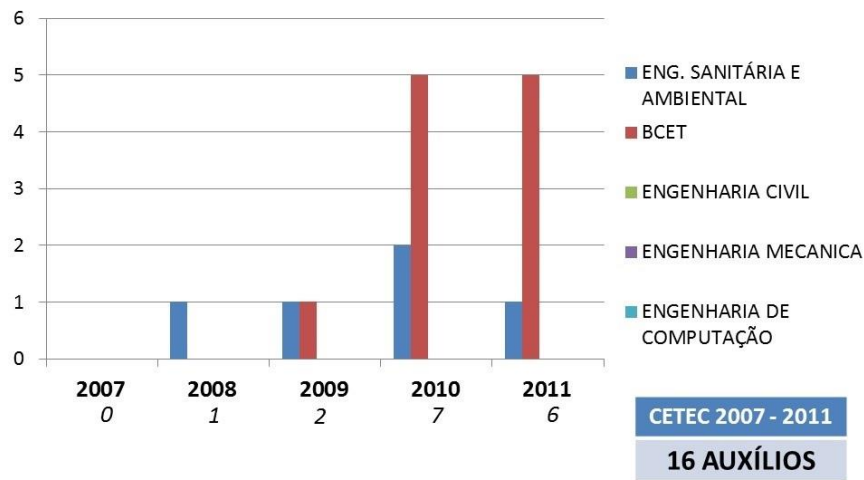
Com relação ao CCS (ver Figura 10), o Pecuniário-Moradia registrou 28 auxílios, o curso de Bacharelado em Saúde não registrou nenhuma bolsa. Psicologia teve 50% dos auxílios, Nutrição 32% e Enfermagem 18%.

Figura 10. Auxílio Pecuniário à Moradia – CCS, 2007 a 2011.



Retratado na Figura 11, o Auxílio Pecuniário-Moradia no CETEC registrou 16 auxílios, apenas 2 dos 5 cursos registraram atividade. O curso do BCET teve 69% das bolsas e Engenharia Sanitária e Ambiental 31%.

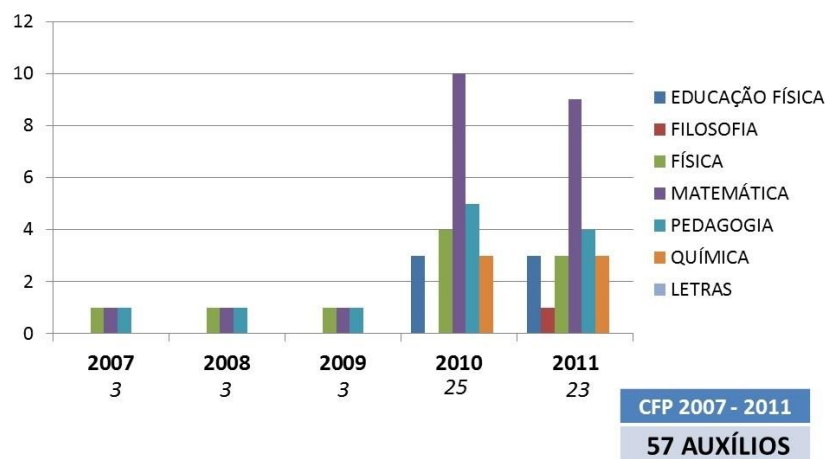
Figura 11. Auxílio Pecuniário à Moradia – CETEC, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

O Pecuniário-Moradia no CFP registrou 57 auxílios. O curso de Matemática teve 39% das bolsas, Pedagogia 21%, Física 18%, Educação Física 11%, Química 11% e Filosofia 2%. (ver Figura 12).

Figura 12. Auxílio Pecuniário à Moradia – CFP, 2007 a 2011.

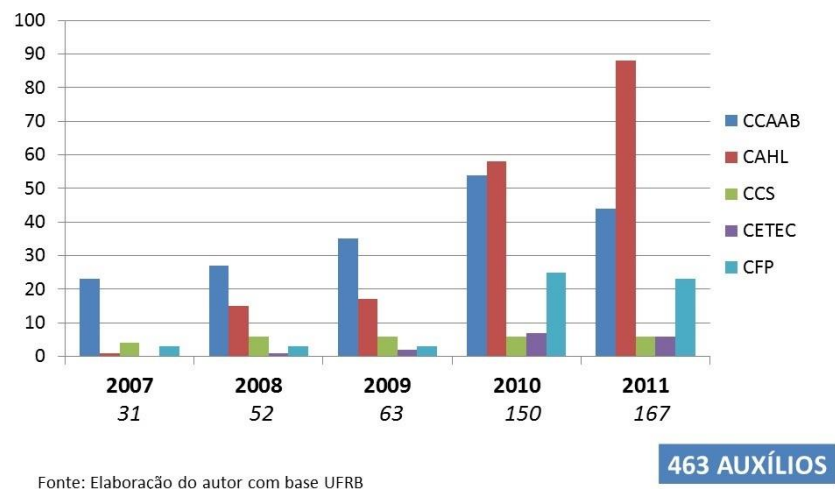


Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

Em relação ao Auxílio Pecuniário-Moradia, dois campus tiveram quase 80% dos auxílios na modalidade, o CCAAB e o CAHL, com 362 bolsas de 463 no total (Figura 13). No CAHL, tivemos 179 auxílios na modalidade e uma maior diversificação do número de bolsas entre os cursos, em termos proporcionais. No CCS registrou-se 28 auxílios e não houve

crescimento considerável durante o período. O CETEC foi o campus com o menor número de auxílios na modalidade, 16 no total. O CFP totalizou 57 auxílios, com 9 auxílios nos 3 primeiros anos, 3 em cada ano, 25 em 2010 e 23 em 2011. Três dos oito cursos do CFP tiveram 80% das bolsas, 44 de 57 bolsas totais do centro. O CCAAB foi o campus que mais utilizou a modalidade, com 40% das bolsas, seguido pelo CAHL com 39%, CFP com 12%, CCS com 6% e CETEC com 3%.

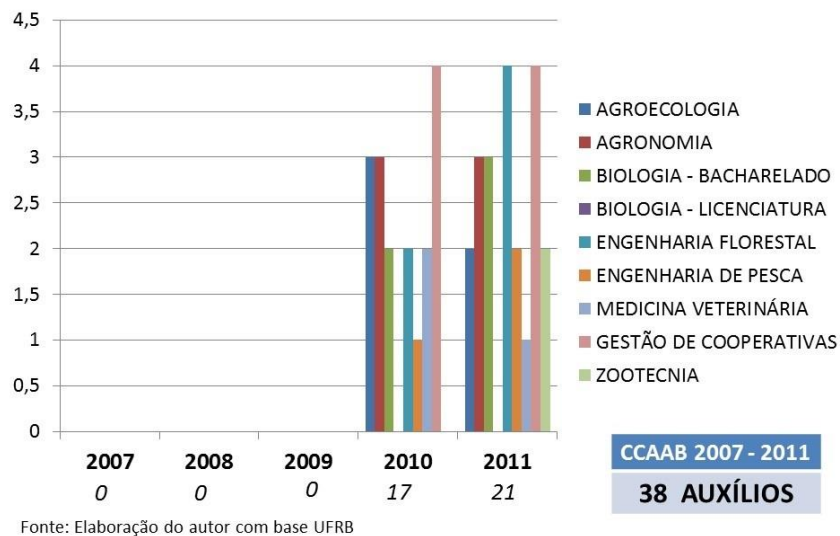
Figura 13. Auxílio Pecuniário à Moradia, 2007 a 2011.



5.4 DESLOCAMENTO

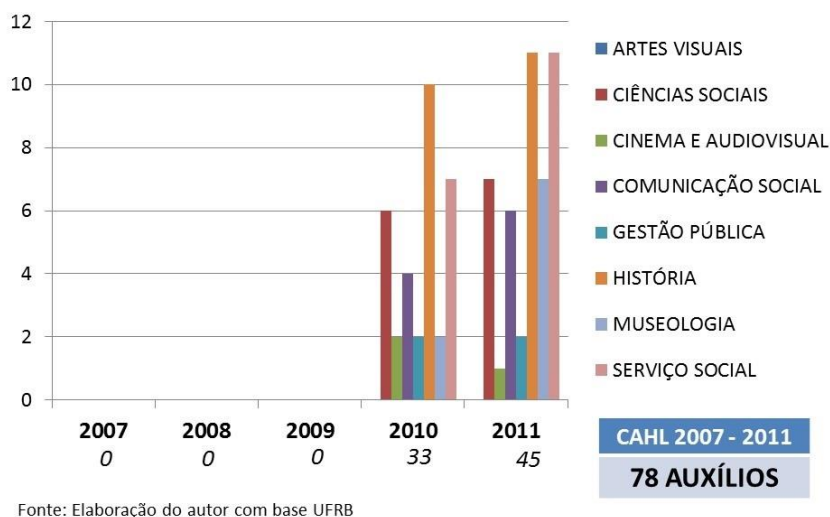
A modalidade Deslocamento no CCAAB registrou 38 auxílios, todos a partir de 2010 e 2011 (ver Figura 14). O curso de Gestão de Cooperativas registrou 21% das bolsas, Agronomia 16%, Engenharia Florestal 16%, Agroecologia 13%, Biologia Bacharelado 13%, Engenharia de Pesca 8%, Medicina Veterinária 8% e Zootecnia 5%.

Figura 14. Auxílio Deslocamento – CCAAB, 2007 a 2011.



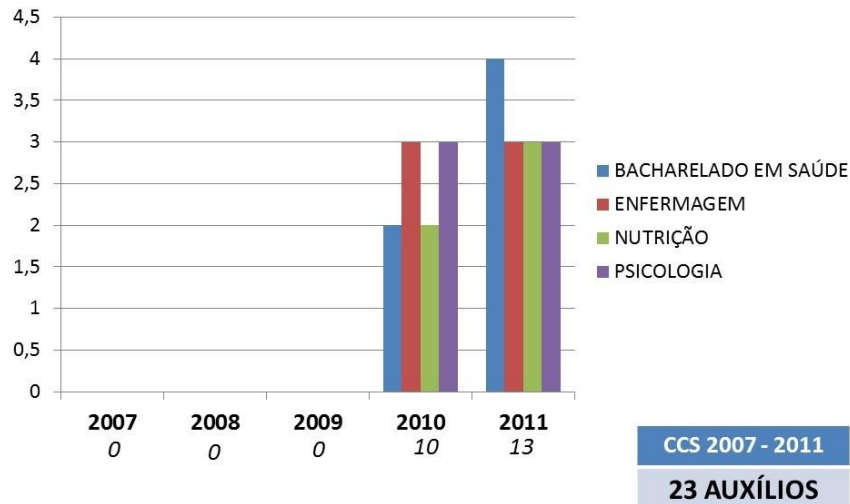
O CAHL registrou, em 2010 e 2011, 78 auxílios, conforme Figura 15. O curso de História teve 27% das bolsas, Serviço Social 23%, Ciências Sociais 17%, Comunicação Social 13%, Museologia 12%, Gestão Pública 5% e Cinema e Audiovisual 4%.

Figura 15. Auxílio Deslocamento – CAHL, 2007 a 2011.



No CCS registrou-se 23 auxílios, em 2010 e 2011, com os bacharelados em Saúde, Enfermagem e Psicologia alcançando 26% das bolsas cada um e o curso de Nutrição ficou com 22%. (ver Figura 16).

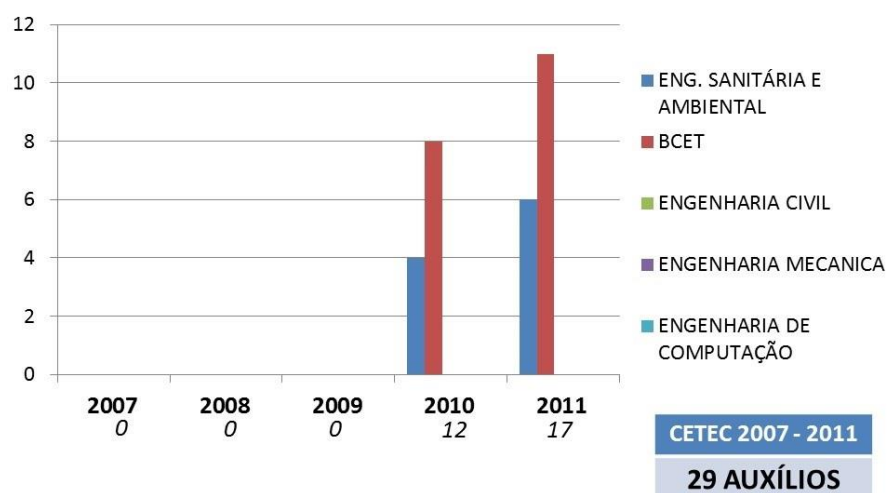
Figura 16. Auxílio Deslocamento – CCS, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

A Figura 17 sinaliza que o CETEC registrou 29 auxílios nos anos de 2010 e 2011. Só dois cursos dos cinco usaram a modalidade, o BCET ficou com 66% das bolsas e Engenharia Sanitária e Ambiental 34%.

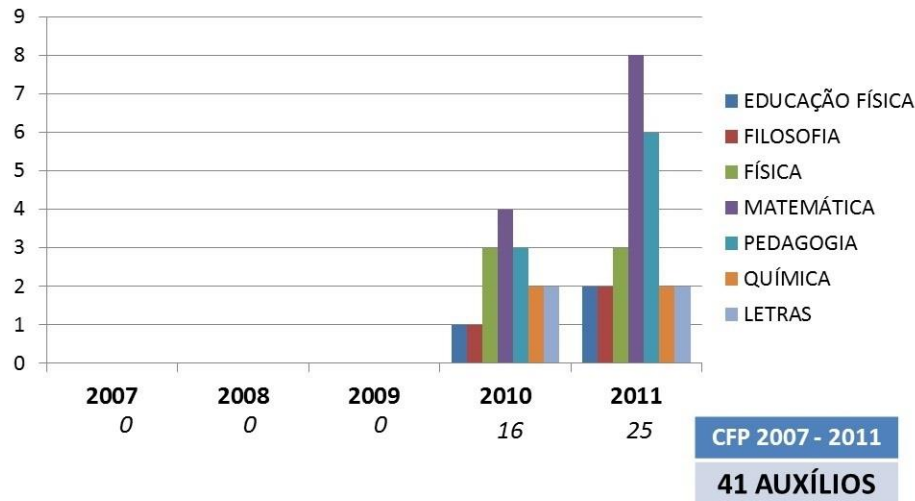
Figura 17. Auxílio Deslocamento – CETEC, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

O Auxílio Deslocamento no CFP teve 41 auxílios, 16 em 2010 e 25 em 2011. O curso de Matemática teve 29%, Pedagogia 22%, Física 15%, Química 10%, Letras 10%, Educação Física 7% e Filosofia 7%, dados sustentados pelo gráfico nº 18.

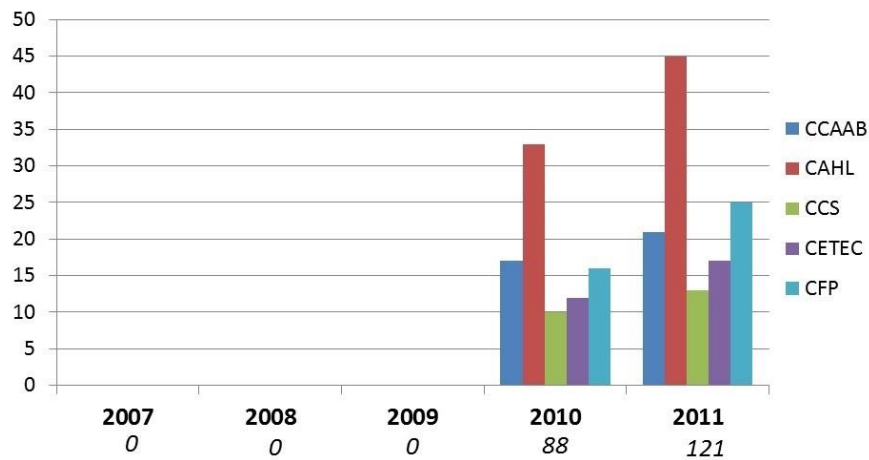
Figura 18. Auxílio Deslocamento – CFP, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

Sobre o Auxílio Deslocamento, não se registrou atividade na modalidade nos três primeiros anos. Foram concedidas 88 bolsas em 2010 e 121 em 2011. O CCAAB teve 38 auxílios, 17 em 2010 e 21 em 2011 (ver Figura 19). O CAHL foi o campus que mais teve bolsas nessa modalidade, 78 auxílios no total, sendo 33 em 2010 e 45 em 2011. O CCS totalizou 23 auxílios, 10 em 2010 e 13 em 2011. O CETEC totalizou 29 auxílios, 12 em 2010 e 17 em 2011. Apenas dois dos cinco cursos do CETEC utilizaram a modalidade, Engenharia Sanitária e Ambiental com 10 bolsas e o BCET com 19. O CFP totalizou 41 auxílios, 16 em 2010 e 25 em 2011. O CAHL teve a maioria na modalidade, com 37%, seguido pelo CFP com 20%, CCAAB com 18%, CETEC com 14% e CCS com 11%, respectivamente.

Figura 19. Auxílio Deslocamento, 2007 a 2011.



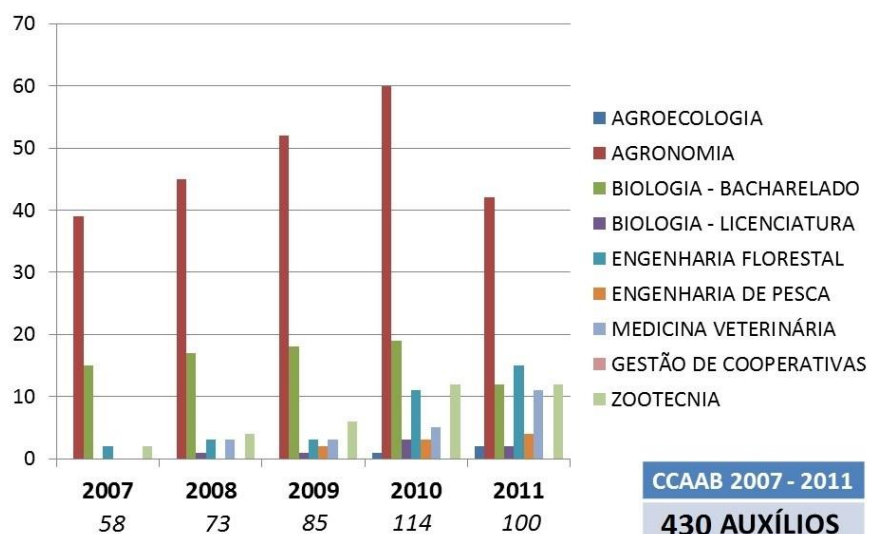
Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

209 AUXÍLIOS

5.5 ALIMENTAÇÃO

O CCAAB registrou na modalidade 430 auxílios, conforme Figura 20. Agronomia teve 55% dos auxílios, Biologia Bacharelado 19%, Engenharia Florestal 8%, Zootecnia 8%, Medicina Veterinária 5%, Engenharia de Pesca 2%, Biologia Licenciatura 2% e Agroecologia 1%.

Figura 20. Auxílio Alimentação – CCAAB, 2007 a 2011.



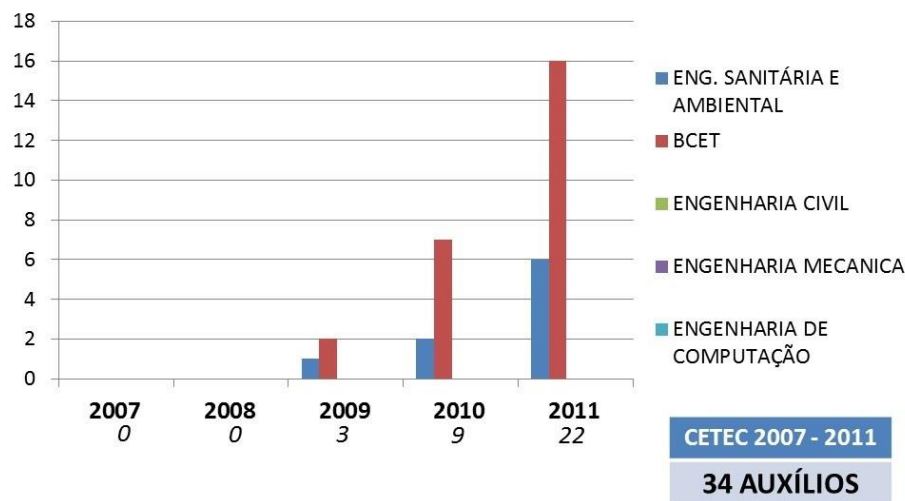
Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

CCAAB 2007 - 2011

430 AUXÍLIOS

O CAHL registrou apenas 2 auxílios na modalidade, para o curso de Comunicação Social, e o CCS alcançou 7 auxílios, todos para o curso de Enfermagem (Figura 21). No CETEC registrou-se 34 auxílios e apenas dois dos cinco cursos tiveram atividade, o BCET teve 74% das bolsas e Engenharia Sanitária 26%. Já no CFP não foi registrado auxílio para esta modalidade.

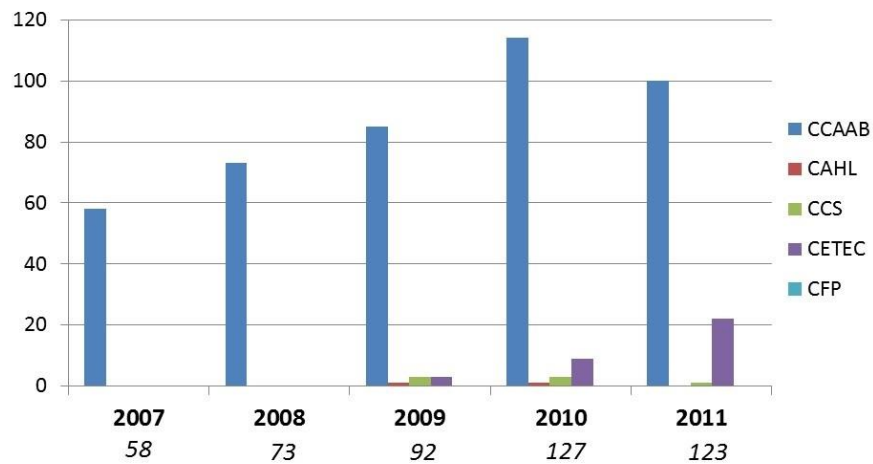
Figura 21. Auxílio Alimentação – CETEC, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

Na modalidade Auxílio Alimentação registraram-se no período analisado 473 bolsas, com grande concentração do auxílio no CCAAB, que captou 430 auxílios, 91%. O curso de Agronomia totalizou 197 bolsas, mais de 46% da modalidade no CCAAB. O CCAAB captou 91% da modalidade, CETEC 7%, e o CAHL e o CCS com 1% cada, conforme a Figura 22.

Figura 22. Auxílio Alimentação, 2007 a 2011.



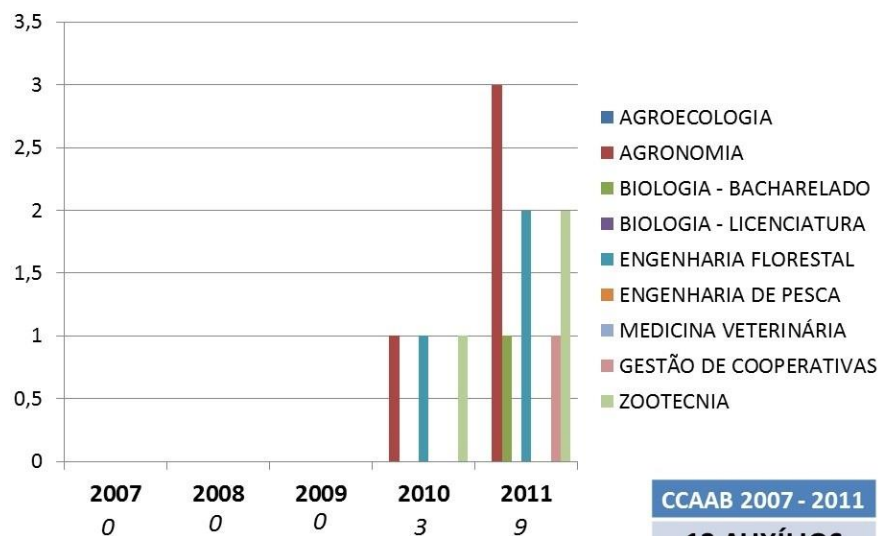
Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

473 AUXÍLIOS

5.6 CRECHE

O CCAAB registrou 12 auxílios na modalidade, 3 em 2010 e 9 em 2011 (ver Figura 23). Agronomia teve 33% das bolsas, Engenharia Florestal 25%, Zootecnia 25%, Biologia Bacharelado 8% e Gestão de Cooperativas 8%.

Figura 23. Auxílio Creche – CCAAB, 2007 a 2011.



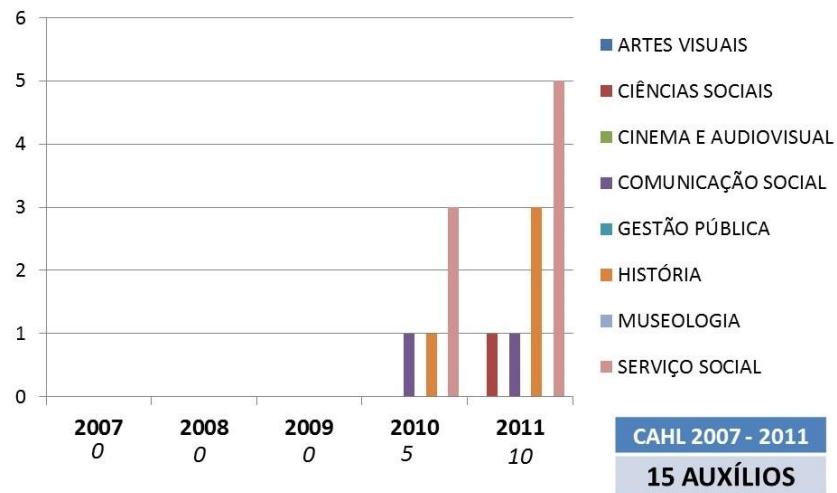
Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

CCAAB 2007 - 2011

12 AUXÍLIOS

No tocante ao Auxílio Creche o CAHL registrou 15 auxílios, 5 em 2010 e 10 em 2011, conforme Figura 24. Serviço Social teve 53% das bolsas, História 27%, Comunicação Social 13% e Ciências Sociais 7%.

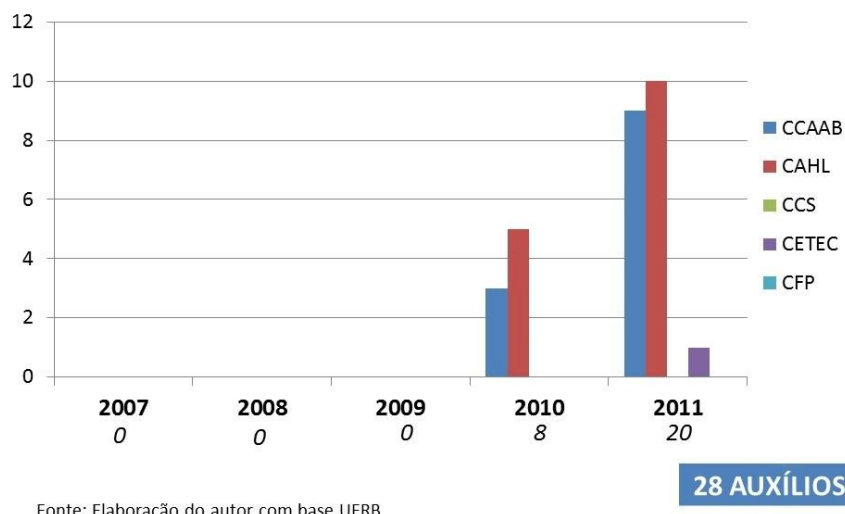
Figura 24. Auxílio Creche – CAHL, 2007 a 2011.



O CCS e o CFP não registraram auxílio nesta modalidade, no período em análise, e o CETEC registrou 1 auxílio em 2011, para o curso de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Como apresentado na figura 25, o Auxílio Creche totalizou 28 auxílios no período analisado, não registrando atividade durante os três primeiros anos. O CCAAB teve 12 auxílios, o CAHL teve 15 auxílios e o CETEC registrou 1 auxílio. O CCS e o CFP não apresentaram atividades.

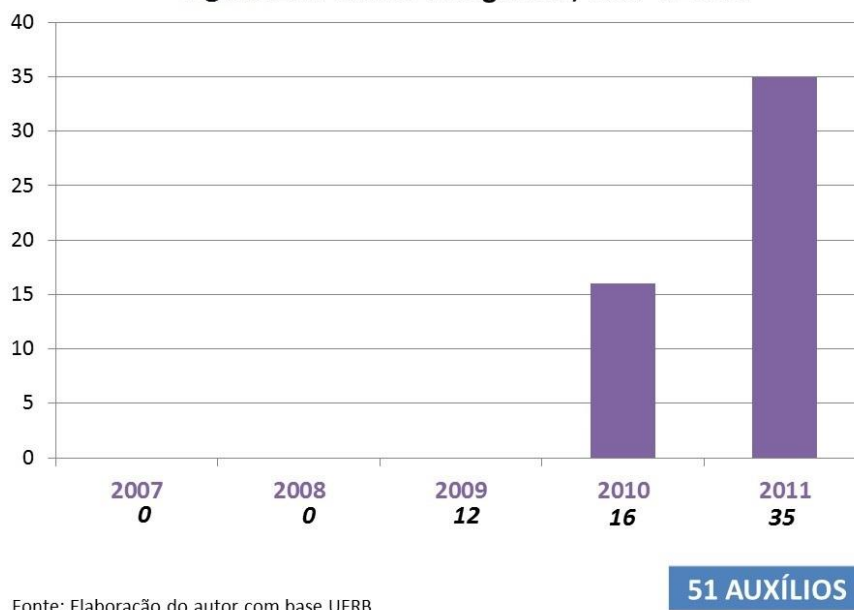
Figura 25. Auxílio Creche , 2007 a 2011.



5.7 EMERGENCIAL

A UFRB registrou 16 Auxílios em 2010 e 35 Auxílios em 2011, totalizando 51 auxílios na modalidade. Não existe detalhamento dos dados por centro, só o valor total dos anos supracitados, conforme Figura 26.

Figura 26. Auxílio Emergencial, 2007 a 2011.



De acordo as modalidades de Auxílio apresentadas no Programa de Permanência Qualificada, conforme Tabela 1, foram concedidas 2.275 auxílios durante o período analisado pela pesquisa. O CCAAB obteve 1008 auxílios, o CAHL 399 auxílios, o CCS 131 auxílios, o CETEC 116 auxílios e CFP 145 auxílios. No mais, somou-se 485 auxílios da modalidade Projetos Institucionais e 51 auxílios para Emergencial, que não foram computadas por centro, dadas às limitações das informações e dados.

Tabela 1. Levantamento de Bolsistas por Centro, 2007 a 2011.

CENTROS	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
CCAAB	123	160	188	266	271	1008
CAHL	1	15	41	118	164	339
CCS	4	8	24	38	57	131
CETEC	0	4	8	37	67	116
CFP	3	3	22	50	67	145
PROJETOS*	0	0	12	230	243	485
EMERGENCIAL*	0	0	0	16	35	51

OBSERVAÇÃO: Não existe detalhamento de dados das modalidades Projetos Institucionais e Emergencial por parte da UFRB, só total por anos.

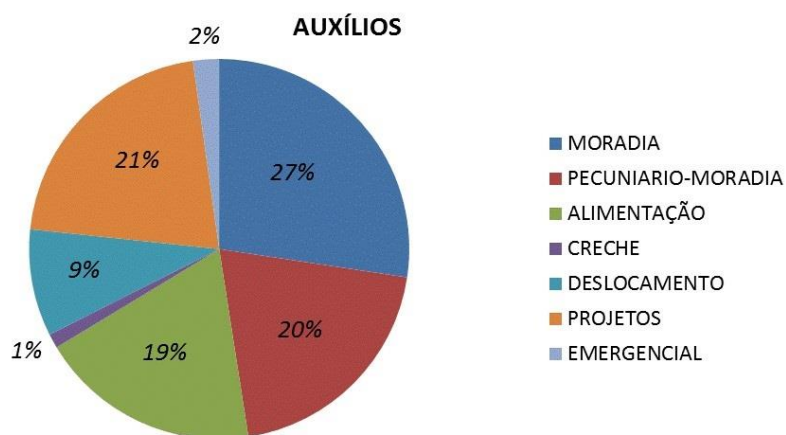
Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

2007 - 2011

2.275 AUXÍLIOS

Conforme consolidado na Figura 27, é possível perceber que desses auxílios, 27% foram para Moradia, 21% para Projetos Institucionais, 20% para Pecuniário-Moradia, 19% para Alimentação, 9% para Deslocamento, 2% para Emergencial e 1% para Creche.

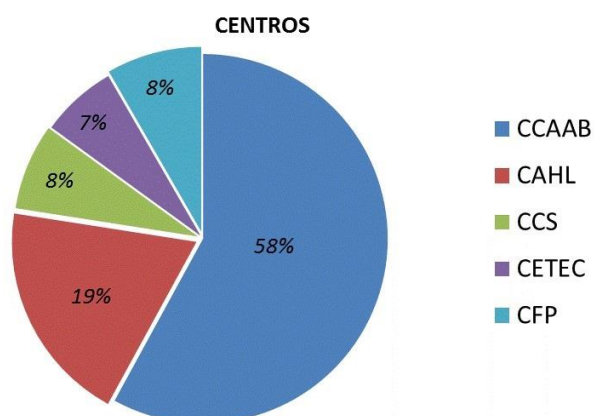
Figura 27. Levantamento de Bolsistas por Modalidade, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

Sem contabilizar Projetos Institucionais e Emergenciais, dado o não detalhamento da modalidade pelos centros da UFRB, o CCAAB captou 58% dos auxílios, o CAHL 19%, o CCS 8%, o CFP 8% e o CETEC 7% (ver Figura 28).

Figura 28. Levantamento de Bolsistas por Centro, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

5.8 O PPQ-UFRB E O PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)

Em relação ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), analisou-se os repasses orçamentários durante o período de 2007 a 2011, conforme apresentado no Quadro nº 2. Observou-se um crescimento exponencial do orçamento, repassado para o UFRB. De R\$ 120 mil em 2007, para R\$ 1.808.773 em 2011. Comparando o aumento do repasse do PNAES com o número de auxílios do PPQ, podemos notar que não há consonância entre o valor repassado e o número de bolsas. Por exemplo, em 2010 o PPQ ofertou 755 auxílios com uma receita de R\$ 1.084.633, em 2011 tivemos 904 auxílios e um repasse de R\$ 1.808.733. Ou seja, em 2011 o PPQ teve uma receita 67% maior que o ano anterior e isso não se traduziu em números de auxílios no PPQ. Os repasses do PNAES e o PPQ não tiveram consonância entre o orçamento e o número de auxílios da política.

Tabela 2. Repasse Orçamentário do PNAES, 2007 a 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

“O Plano Nacional de Assistência Estudantil apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.” **PNAES, Decreto nº 7.234.**

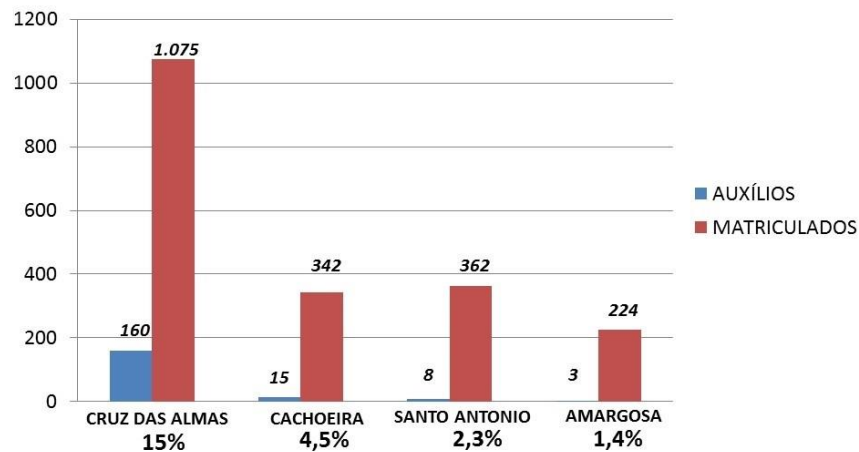
5.9 O PPQ E OS MUNICÍPIOS

De acordo as modalidades de auxílio do PPQ, apresentadas na pesquisa, verificou-se a distribuição desses auxílios nas cidades onde se encontra a UFRB. Analisou-se os anos de 2008, 2010 e 2011, dado as limitações de dados e informações da UFRB durante o período analisado. Observou-se que a Cidade de Cruz das Almas por dois anos, 2008 e 2010, registrou maior concentração dos auxílios do PPQ. Em 2011, a cidade de Cachoeira passou a ter o número maior de auxílios, superando Cruz das Almas. A cidade que menos captou foi Santo Antônio

de Jesus, uma média de 4,1%. Nos anos analisados, seguida por Amargosa com 5,1%. Cruz das Almas registrou a maior média com 13,7%, seguida por Cachoeira, com 9,7% dos auxílios (conforme Figura 29).

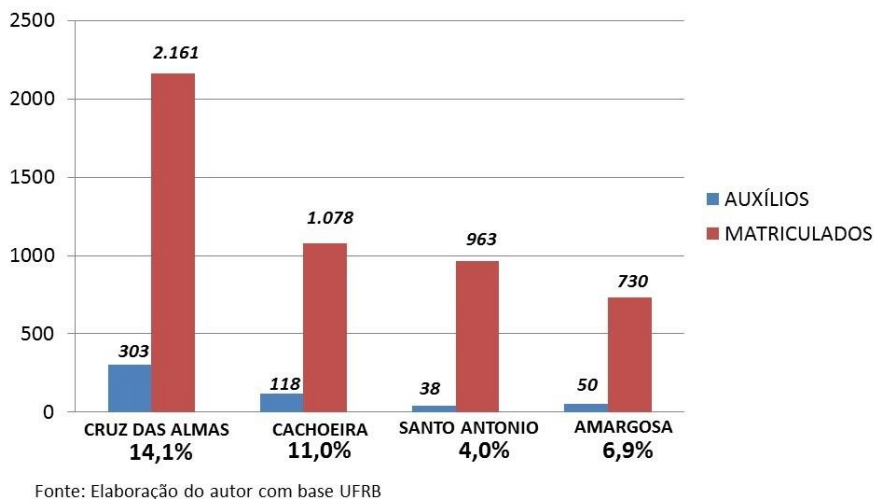
Com relação ao ano de 2008, observou-se que existe uma concentração maior do PPQ na cidade de Cruz das Almas em relação às outras cidades, com 15% dos auxílios. Cachoeira registrou 4,5%, Santo Antonio 2,3% e Amargosa 1,4% (ver Figura 29).

Figura 29. Auxílios e Matriculados por Cidades, 2008.

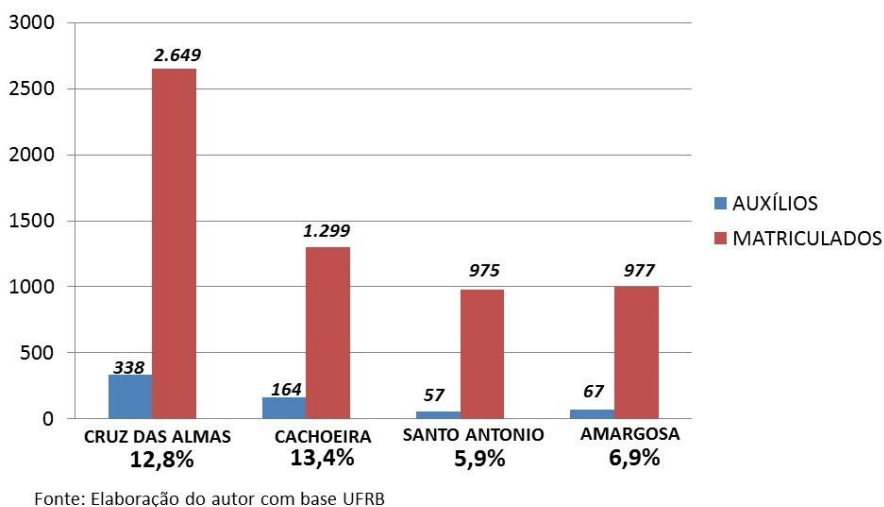


Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

Com relação ao ano de 2010, representado pela Figura 30, a cidade de Cruz das Almas registrou maior concentração do PPQ em relação às outras cidades das UFRB, com 14,1%. Em Cachoeira registrou-se 11,0% de auxílios, um crescimento de 6,5 pontos percentuais (pts %). Em Santo Antonio 4,0%, um crescimento de 1,7 pts %. E em Amargosa 6,9%, um crescimento de 5,5 pts %. Verificou-se que a distribuição dos auxílios melhorou em relação a 2008 nas outras cidades analisadas, mas Cruz das Almas continuou, proporcionalmente, com o número maior de auxílios, a partir da redução de 0,9 pts % entre 2008 e 2010.

Figura 30. Auxílios e Matriculados por Cidades, 2010.

Em 2011, observou-se, em termos proporcionais, que a cidade de Cachoeira registrou maior concentração dos auxílios, com 13,4%, (ver Figura 31). Cruz das Almas com 12,8% registrou queda em relação aos anos de 2008 e 2010. Santo Antônio de Jesus, 9% registrou aumento de 1,9 pts % em relação a 2010. E Amargosa manteve a média do ano anterior, de 6,9%.

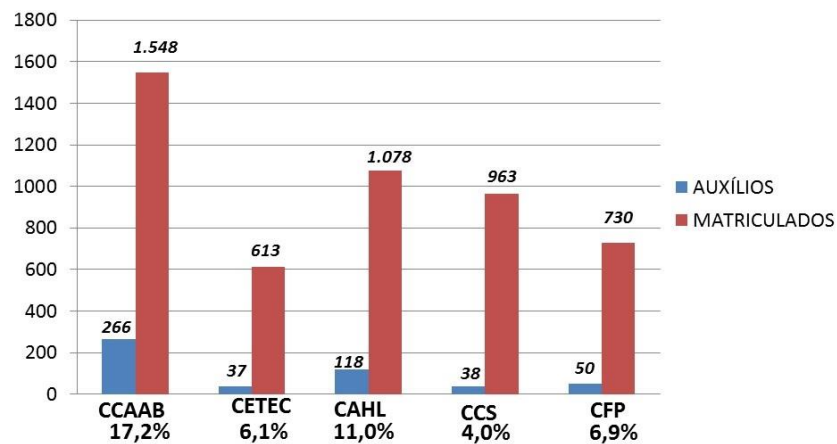
Figura 31. Auxílios e Matriculados por Cidades, 2011.

5.10 PPQ X CENTROS DE ENSINO

A Figura 32 demonstra que de acordo com as modalidades de auxílio do PPQ, apresentadas na pesquisa, verificou-se a distribuição desses auxílios nos centros de ensino da UFRB. Analisou-se dois anos, 2010 e 2011, dado às limitações de dados e informações da UFRB durante o período (2007 a 2011).

No ano de 2010, o CCAAB registrou maior participação do PPQ números de alunos matriculados atendidos, com 17,2% dos auxílios. O CAHL registrou 11,0%, CFP 6,9%, CETEC 6,1% e o CCS como 4,0%.

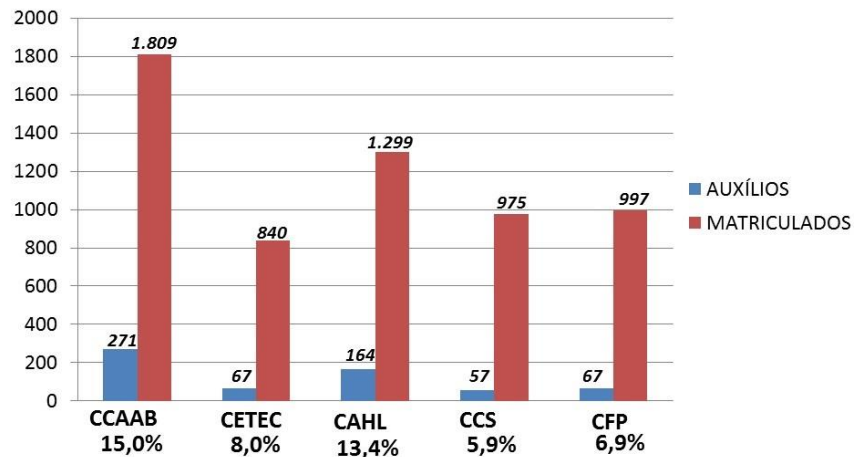
Figura 32. Auxílios e Matriculados por Centro, 2010.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

No ano de 2011, observou-se que o CCAAB manteve a maior proporção de alunos atendidos pelo PPQ, com 15,0%, como pode ser observado Figura 33. O CAHL registrou 13,4%, CETEC 8,0%, CFP manteve a média do ano anterior com 6,9% e o CCS apresentou 5,9%.

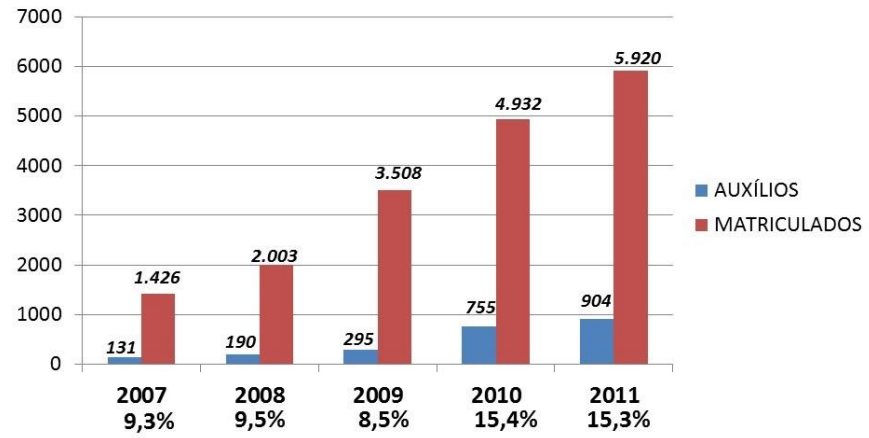
Figura 33. Auxílios e Matriculados por Centro, 2011.



Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

5.11 PPQ X DISCENTES DA UFRB

Verificou-se, conforme Figura 34, que o número de auxílios do PPQ em relação ao número de matriculados é muito desproporcional. O PPQ atingiu uma parte muito pequena de alunos. Em 2007, apenas 9,3%. Em 2008, 9,5%. Em 2009, houve uma redução de 1,0 ponto percentual em relação ao ano anterior, registrando 8,5%. Em 2010 registrou-se 15,4% de auxílios e um aumento de 6,9 pts % com relação o ano anterior. Em 2011 registrou-se 15,3% e uma pequena redução de 0,1% em relação ao ano anterior. A média aritmética de alunos atendidos durante o período analisado é de 11,6%, com a média acumulada a cada 12,8%. Ou seja, menos de 13% dos alunos matriculados na UFRB durante 2007 a 2011 participaram de alguma modalidade do PPQ.

Figura 34. Auxílios e Matriculados, 2007 a 2011.

Fonte: Elaboração do autor com base UFRB

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UFRB tem um papel fundamental para o Recôncavo baiano, nasce com o objetivo de propiciar espaços sociais e horizontes, reforçando o papel da universidade como um processo de transformação social, econômica e política. E, através do Programa de Permanência Qualificada, uma das ações que busca garantir a democratização do acesso através da política de permanência, atua para consolidação das ações afirmativas na Universidade. Entretanto, a partir da análise dos dados quantitativos e da política de permanência na UFRB durante 2007 a 2011, verifica-se que uma minoria de estudantes consegue assegurar a sua permanência através de alguma modalidade e/ou projeto institucional do PPQ.

De acordo com os resultados apresentados na pesquisa, 2.275 auxílios foram concedidos aos estudantes matriculados na universidade durante cinco anos, distribuídos nos cinco centros de ensino da universidade. Em relação às modalidades, 27% dos auxílios foram para Moradia, 21% para Projetos Institucionais, 20% para Pecuniário-Moradia, 19% para Alimentação, 9% para Deslocamento, 2% Emergencial e 1% para Creche. Observa-se que quase metade dos auxílios do PPQ são direcionados à moradia, em duas modalidades: Auxílio Moradia, que garante vaga na unidade de residência universitária durante a graduação e Auxílio Pecuniário-Moradia, que representa um apoio financeiro mensal para atender gastos com moradia (república, vaga, pensionato, entre outros).

Outro resultado percebido foi a distribuição dos auxílios nos Centros de Ensino. Sem considerar as modalidades de Projetos Institucionais e Emergencial, dado o não detalhamento da modalidade pela UFRB. O CCAAB captou 58% dos auxílios, CAHL 19%, CCS 8%, CFP 8% e CETEC 7%. Observa-se que mais da metade dos auxílios do PPQ, em termos quantitativos, se destinam ao CCAAB. Em termos proporcionais, os dados permitiram analisar apenas dois anos, 2010 e 2011, verificou-se que o PPQ mantém também maior concentração dos auxílios no CCAAB, uma média de 16,1%, considerando os dois anos, seguido pelo CAHL com 12,2%, CETEC com 7,05%, CFP com 6,9% e CCS com 4,95%. Em termos proporcionais, há uma discrepância muito grande entre os centros de ensino da universidade, principalmente, em relação a três dos cinco centros analisados. CETEC, CFP e CCS não conseguiram atingir nem 10% dos auxílios.

Considerando à distribuição do PPQ nos Municípios, os dados permitiram a análise de três anos, 2008, 2010 e 2011. Em termos proporcionais, verificou-se que Cruz das Almas por dois anos, 2008 e 2010, registrou maior concentração dos auxílios do PPQ. Entretanto, em 2011, o município de Cachoeira passou a ter maioria nos auxílios. No período analisado, Cruz das

Almas registrou a maior média com 13,7%, seguida por Cachoeira com 9,7%, Amargosa com 5,1% e Santo Antonio de Jesus registrou a menor média com 4,1%, respectivamente.

Em relação ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), responsável por auxiliar o PPQ e suas diversas modalidades, observou-se o aumento orçamentário ao longo dos anos comparando o quantitativo de auxílios do PPQ. De R\$ 120 mil em 2007, para R\$ 1.808.773 em 2011. Em 2010 o PPQ ofertou 755 auxílios com uma receita de R\$ 1.084.633 com o orçamento repassado do PNAES. Em 2011, efetivou-se 904 auxílios e um repasse de R\$ 1.808.733. Ou seja, em 2011 o PPQ teve uma receita quase 70% maior que o ano anterior, que resultou 20% apenas de crescimento. Constatou-se que o número de auxílios do PPQ não cresceu na mesma proporção do repasse orçamentário do PNAES.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, observou-se que o Programa de Permanência Qualificada oferece uma configuração que contempla, através das suas modalidades, medidas que buscam implementar políticas e práticas de democratização relativas a permanência estudantil, em conformidade as diretrizes da universidade. Na dimensão estratégica, o PPQ desempenha um papel fundamental para a política de permanência da UFRB. Entretanto, isso não se transpõe para a dimensão operacional, pois o programa não consegue ter permeabilidade no modelo multicampi e apresenta insuficiência quantitativa.

O discente de classe popular da UFRB necessita das ações de permanência em sua trajetória acadêmica, portanto, a universidade deve atuar no sentido de implementar medidas que busquem ampliar o alcance desses auxílios e ações para fixar tais estudantes. O ingresso na universidade muitas vezes não se traduz em êxito na graduação, pois esses alunos não conseguem acessar e utilizar as estratégias institucionais para garantir sua permanência.

O processo de investigação ao mesmo tempo em que conseguiu estabelecer um diálogo com o Programa de Permanência Qualificada (PPQ) via seus dados quantitativos, praticamente não conseguiu avançar por um viés mais qualitativo no que tange aos impactos gerados pelo Programa e ao alcance dos objetivos estabelecidos pelo mesmo.

A pesquisa não encerra todas as possibilidades de análise e diálogo sobre o objeto, a escassez de dados e informações limitou a discussão e análise temporal. Ao longo do estudo, diversos problemas tornaram-se entraves burocráticos para obtenção e acesso aos dados da UFRB, inviabilizando alguns passos da pesquisa. Entretanto, as limitações e dificuldades também se configuram em resultados. Resultados estes que podem não se traduzir em grandes direções, mas que podem servir para fomentar outros pesquisadores e estudantes a repensar as políticas públicas, o papel da universidade multicampi, o acesso e permanência estudantil, as

ações afirmativas, a educação e seus diversos caminhos para a construção de espaços cada vez mais democráticos, através de uma práxis transformadora.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Luís Otávio; BREGA FILHO, Vladimir. Por um olhar democrático às ações afirmativas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 455-476, set./dez. 2011.
- ARAÚJO, M., ALMEIDA, L., LOURO, D., DEL-MASSO, M.. O impacto da política de permanência estudantil na UNESP - a percepção do aluno bolsista. **Revista Ciência em Extensão**. v.7, n.2, p.16, 2011.
- BRASIL, 1930. **Decreto n. 19.402**, em 14 de novembro de 1930. Brasília, DF.
- BRASIL, 2007. Decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007. **Diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão Federais das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, DF.
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. MEC. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde>>. Acesso em: 08 out. 2008.
- BRASIL. MEC. Ministério da Educação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Cruz das Almas, dezembro de 2009.
- _____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 04 out. 2013.
- _____. **Lei 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.
- CASTRO, M. **A Trajetória de Jovens de Camada Populares à Universidade Pública**. UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2007.
- CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resumo Técnico**. Brasília, 2010.
- GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. Instituto Paulo Freire. Série **Cadernos de Formação**; 4. São Paulo, 2009.
- GUIMARÃES, A.S.A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p. 247-268, São Paulo, 2003.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2009.
- MARTINS, H. H. T de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, Universidade de São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. São Paulo, 2004.
- NASCIMENTO, C. O. C da; JESUS, R. de C. D. P de. A condição do estudante e a experiência de acesso e permanência qualificada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Revista de Ciências Sociais POLÍTICA & TRABALHO – UFRB**. nº33, 2010.

PEREIRA, S. C. S.; PASSOS, G. de O. **Desigualdade de acesso e permanência na universidade:** trajetórias escolares de estudantes das classes populares. **Linguagens, Educação e Sociedade.** Ano 12, n.16, jan-jun, Teresina, 2007.

QUEIROZ, L. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa:** perspectivas para o campo da etnomusicologia. UFPB, 2006.

SANTOS, B. L. **A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito.** Educação em Revista, Marília, v.10, n.1, p.29-44, jan-jun. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, V. A. da; TEIXEIRA, A. M. F. **Jovens Universitários de Origem Popular:** alterando Percursos. Sociologia da Educação, n.14. UFS, 2007.

SOUSA, O. **As ações afirmativas como instrumento de concretização da igualdade material.** Curitiba, 2006.

UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Caminhos, Histórias e Memórias.** Cruz das Almas, 2010.

_____. **Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.** Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/propaae/>>. Acesso em: 16 de set. 2013.

_____. **Ministério da Educação.** O Reuni no contexto da UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, 2007.

VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil:** uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Uberlândia, 2010.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior:** percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação. Santa Catarina, 2006.

_____. **A condição do estudante:** um estudo sobre o acesso ao ensino superior. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, 2005.